

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



TRE-PB

RELATÓRIO DE GESTÃO 2025



TRE-PB



SUMÁRIO

Mensagem da Presidência 4

Composição da Corte do TRE-PB 6

Visão geral organizacional e ambiente externo7

1.1 Identificação da unidade prestadora de contas8

1.2 Estrutura organizacional e de governança9

1.3 Modelo de negócio12

1.4 Cadeia de valor 13

1.5 Relacionamento com a sociedade14

1.6 Ambiente externo19

1.7 Determinação da materialidade das informações20

Governança, estratégia e desempenho 21

2.1 Plano Estratégico 22

2.2 Apoio da estrutura de governança à capacidade do TRE/PB de gerar valor 24

2.3 Resultados alcançados ante os objetivos estratégicos e as prioridades da gestão 25

2.4 Resultados e desempenho da gestão 32

2.5 Resultados das principais áreas de atuação 41

2.6 Sustentabilidade 58

Riscos, oportunidades, desafios e perspectivas .. 62

3.1 Gestão de riscos e controles internos 63

3.2 Oportunidades, desafios e perspectivas 64

Informações orçamentárias e financeiras 66

4.1 Principais informações orçamentárias e financeiras 67

4.2 Demonstrações contábeis 71

Outras informações relevantes 73

5.1 Tratamento de determinações e recomendações do TCU..... 74

5.2 Auditorias e consultorias internas 75

Lista de Siglas e Abreviaturas 78

MENSAGEM DO PRESIDENTE



É com grande satisfação que apresento o Relatório Integrado de Gestão 2025 do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba, que sintetiza a atuação deste Tribunal no referido exercício e expõe à sociedade as ações empreendidas e os resultados alcançados, reforçando o compromisso desta Presidência com a transparência, a responsabilidade institucional, a valorização do Primeiro Grau de Jurisdição, a modernização administrativa, o fortalecimento da cidadania, a eficiência na gestão pública e a comunicação ativa.

Tratando-se de ano não eleitoral, a gestão pode centrar esforços na transição para um novo ciclo da estratégia (2025-2032), por meio da construção de um Planejamento Estratégico orgânico, que envolveu a participação ativa de mais de 200 colaboradores, incluindo magistrados, servidores e terceirizados, com a utilização de metodologias ágeis na identificação do referencial estratégico e dos resultados chaves a serem alcançados. Do diagnóstico construído, sobressaiu a necessidade de uma forte guinada de rota, com a priorização do primeiro grau de jurisdição, diante da situação de penúria estrutural e de pessoal constada nos Cartórios Eleitorais do estado.

Neste contexto, além da reforma nos imóveis próprios dos municípios de Picuí, Mamanguape, Itabaiana, São João do Rio do Peixe, Cuité, Areia, Monteiro, Santa Rita, São José de Piranhas, Coremas e Campina Grande, buscou-se parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba para que nos fossem cedidos espaços em fóruns ou casas de magistrados em desuso, o que permitiu que os Fóruns Eleitorais dos municípios de Alagoa Grande, Pocinhos, Queimadas, Esperança, Bayeux e Pedras de Fogo passassem a funcionar em novo endereço, com instalações aptas a receber servidores, magistrados e população em geral de forma digna. Demais disto, em convênio com a Polícia Militar da Paraíba, foi possível a destinação de Polícias Militares da Reserva para as 17 Zonas Eleitorais identificadas como de maior vulnerabilidade pela própria Polícia Militar.

Outras iniciativas de relevo junto ao primeiro grau foi a sensibilização das Prefeituras da Paraíba, realizada em colaboração com o Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, para que fosse criado um adicional indenizatório para aqueles servidores requisitados pela Justiça Eleitoral, com adesão de mais de cinquenta prefeituras. Demais disto, instituímos um arquivo central único, que permitiu a transferência de aproximadamente dez mil caixas de documentos de 31 Zonas Eleitorais, otimizando o armazenamento e a gestão documental.

Assim, as iniciativas desenvolvidas ao longo de 2025 refletem nossa missão institucional de "Fortalecer a democracia, promovendo a cidadania, garantindo a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional". Buscamos incessantemente assegurar a transparência e a integridade do processo eleitoral, garantindo a confiança da sociedade nas eleições e em nossa instituição.



O expediente foi unificado no turno da manhã, fortalecendo a comunicação entre os graus da Justiça Eleitoral e promovendo ganhos em sustentabilidade e economia. A destinação célere de dois mil e cem bens ociosos a órgãos públicos e instituições diversas reforçou nosso compromisso socioambiental. Além disto, o investimento de quase cinco milhões de reais em mobiliário e a aquisição de equipamentos de informática modernizaram a infraestrutura e as condições de trabalho.

Nesta seara jurisdicional, além do cumprimento de 100% das metas do CNJ para 2025, avançamos na autonomia da manutenção de nossos BI de gestão processual, adotamos a ferramenta Minuta IA para otimizar a elaboração de minutas de decisões e instituímos o Gabinete Virtual, que mobilizou uma força-tarefa para prestar apoio remoto às Zonas Eleitorais com acervos críticos e que teve atuação efetiva no saneamento de passivos processuais e no impulsionamento de feitos que impactavam diretamente nos índices de desempenho do Tribunal. Concluímos o exame técnico de todas as prestações de contas remanescentes das Eleições 2022, zerando um passivo processual histórico no TRE-PB. Registre-se, ainda, a criação do Programa de Residência Jurídica no âmbito deste Tribunal e das Zonas Eleitorais da região metropolitana de João Pessoa e Campina Grande, além da criação de vaga de estágio em todas as demais Zonas Eleitorais.

A Valorização de Pessoas também foi prioridade da gestão, tendo como carro chefe a implementação da Justiça Restaurativa em parceria com o Tribunal de Justiça da Paraíba, que foi levada a todas as Zonas Eleitorais e ao TRE-PB, focando no diálogo e na escuta colaboradores. Demais disto, foi implementada a seleção para os Cargos em Comissão, para os cargos mais elevados, criação do Projeto ValoriZE-se, que permitiu o intercâmbio de servidores de primeiro grau com outros Tribunais, além da elaboração do informativo interno “Entrelinhas”. A Política de Lotação e Movimentação, regulamentada pela IN nº 1/2026, priorizou competências e critérios humanizados e foi possível a realização de dezoito ações de Qualidade de Vida no Trabalho e de vinte e duas ações de capacitação de servidores, para aprimoramento contínuo de nosso corpo funcional.

No eixo Sustentabilidade e Eficiência, foram contratadas a construção de duas Usinas Fotovoltaicas que, no ano de 2026 deverão reduzir em aproximadamente 50% os custos com energia da Justiça Eleitoral, além do produzirem impacto positivo nos nossos indicadores ambientais. A implantação da coleta seletiva e o monitoramento do consumo de papel e copos descartáveis, com a Portaria 22/2026 reforçam nosso compromisso com práticas sustentáveis, merecendo destaque a execução de vinte iniciativas temáticas de sustentabilidade social, focando na inclusão do eleitorado com deficiência e na formação do quadro funcional.



Aliás, a preocupação social e com a inclusão nos permitiu avançar na instituição do Projeto Cuidar, em parceria com a APAE, que promoveu a contratação de estagiários com deficiência intelectual. Demais disto, a aquisição de cadeiras de rodas para todas as Zonas do Estado da Paraíba e a contratação da ferramenta de acessibilidade com tradução em Libras e voz garantiram a acessibilidade dos eleitores e a inclusão digital.

No âmbito de Cultura, Identidade e Cidadania, foi criado o Projeto PoliTEENzando que incentivou a participação política de mais de mil e quinhentos jovens em João Pessoa, Patos e Campina Grande e foi interiorizada a Corrida da Democracia que ocorreu em Campina Grande. Além disto, o projeto Artes no TRE humanizou nossos espaços de trabalho, com a pintura de espaços do TRE-PB, por artistas paraibanos. Por fim, os projetos TRE de Portas Abertas, TRE Rumo às Escolas e Jovens Lideranças promoveram diálogo e educação cívica com instituições de ensino.

Outra marca da gestão refere-se a cessão do prédio popularmente de Casarão dos Azulejos, onde funcionará, no ano de 2026, o Museu da Justiça Eleitoral — Memorial da Democracia e que preservará a memória institucional. Registre-se, também, a criação e implementação de uma identidade visual para o TRE-PB, padronizando a identificação e comunicação com o eleitor.

Para o Planejamento das Eleições 2026, foi apresentado o Programa Eleições 2026, com um conjunto integrado de projetos para a preparação do pleito, que incluiu a instalação de um posto avançado para alistamento eleitoral, merecendo destaque, neste particular, a aquisição de um ônibus para atendimento itinerante.

Finalmente, destaco que a Secretaria de Auditoria Interna deste TRE, ao concluir a auditoria financeira de contas anuais referente ao exercício de 2025, emitiu Certificado de Opinião sem Ressalvas sobre as Demonstrações Contábeis do Tribunal e sobre a Conformidade nas Transações Subjacentes. Em conclusão, asseguro, como Presidente do TRE-PB e responsável pela governança deste Órgão, a integridade deste relatório, destacando que é fruto do pensamento coletivo em sua preparação e apresentação e reconheço o compromisso deste Tribunal com a conformidade exigida nos termos estabelecidos pela Estrutura Internacional para Relato Integrado.

Com esta breve apresentação, renovo o compromisso de todos que fazem a Justiça Eleitoral Paraibana com a prestação de serviço público de excelência que reafirme ao eleitor e ao jurisdicionado a confiança no processo eleitoral brasileiro, valor indispensável à paz social.

COMPOSIÇÃO DA CORTE



Oswaldo Trigueiro do Valle Filho
Presidente
11/03/2024 a 10/03/2026



**Márcio Murilo da Cunha
Ramos**
Vice-Presidente e Corregedor
31/03/2025 a
30/03/2027



Sivanildo Torres Ferreira
Juiz de Direito Titular
13/06/2024 a
12/06/2026



**Rodrigo Clemente de Brito
Pereira**
Jurista Titular
19/05/2025 a
18/05/2027



**Roberto D'Horn Moreira
Monteiro da Franca
Sobrinho**
Jurista Titular
29/04/2024 a
28/04/2026



**Kéops de Vasconcelos
Amaral Vieira Pires**
Juiz de Direito Titular
03/02/2025 a
02/02/2027



**Helena Delgado Ramos
Fialho Moreira**
Juíza Federal Titular
26/09/2025 a
25/09/2027



**Marcos Alexandre Bezerra
Wanderley de Queiroga**
Procurador Titular
01/11/2025 a
31/10/2027



**Alexandra Maria Soares
Cordeiro**
Diretora-Geral



VISÃO GERAL ORGANIZACIONAL E AMBIENTE EXTERNO

1

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE PRESTADORA DE CONTAS

Conheça a Justiça Eleitoral da Paraíba

A Justiça Eleitoral na Paraíba trabalha para que a voz da cidadã e do cidadão seja ouvida através do voto. Nossa estrutura conta com o Tribunal Regional Eleitoral (TRE-PB) e 68 Zonas Eleitorais espalhadas pelo estado, garantindo que o atendimento chegue a todos os paraibanos.

Nossa missão vai muito além do dia da votação. Atuamos para fortalecer a democracia promovendo a cidadania, garantindo a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional.

Nossas principais funções:

Organização das Eleições	Título de Eleitor	Educação e Cidadania	Julgamento de Processos
Planejamos cada detalhe, desde o preparo das urnas até a apuração final dos votos.	Cuidamos do Cadastro Nacional de Eleitores, garantindo que o(a) cidadão(ã) possa tirar, transferir ou regularizar seu documento.	Desenvolvemos campanhas para informar a população sobre a importância do voto consciente.	Analizamos e decidimos sobre questões ligadas a campanhas, recursos e infrações eleitorais, sempre buscando a justiça.

Nossas Regras de Atuação

Para garantir transparência e segurança, seguimos um conjunto de leis e normas que orientam todo o nosso trabalho:

Constituição Federal

Lei nº 4.737/1965 (Código Eleitoral).

Resolução TRE-PB nº 9/2015 (Regimento Interno do TRE-PB).

Resolução TRE-PB nº 14/2019 (Regulamento Interno da Secretaria do TRE-PB).

Normas do TSE

Normas do TRE-PB

1.2 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E DE GOVERNANÇA

Para que o TRE-PB funcione com eficiência, transparência e agilidade, contamos com uma estrutura bem definida. Não se trata apenas de cargos e setores, mas de como cada parte do Tribunal se conecta. Nossa estrutura organizacional está demonstrada no organograma disponível nesse [link](#):



O exercício de 2025 foi marcado por transformações estruturantes, decorrentes da Resolução TRE-PB nº 13/2025, que promoveu significativa reconfiguração da estrutura organizacional da Secretaria do Tribunal.

Entre os objetivos da reestruturação, destacou-se a necessidade de reorganizar as unidades da Secretaria, de modo a priorizar o processamento e o julgamento de Processos Criminais Complexos, bem como das Prestações de Contas Eleitorais e Partidárias, visando ao aprimoramento da prestação jurisdicional da Justiça Eleitoral da Paraíba.

Em síntese, as principais alterações consistiram na criação da Secretaria de Gestão Estratégica e Modernização (SEGEM), na cisão da área de orçamento e finanças da área de administração e no reforço das estruturas de apoio à análise de crimes complexos conexos a crimes eleitorais e às Prestações de Contas Partidárias e Eleitorais.

Essa reestruturação impactou de forma substancial os processos de trabalho, os fluxos decisórios e a distribuição da força de trabalho no âmbito da Secretaria.

Como Gerenciamos o Nosso Trabalho:

Governança pode parecer uma palavra complicada, mas para nós significa fazer a coisa certa, do jeito certo. Nosso sistema de governança e gestão serve para:

PLANEJAR

Definir metas claras para melhorar nossos serviços



EXECUTAR

Colocar em prática ações que facilitem a vida do(a) cidadão(ã)

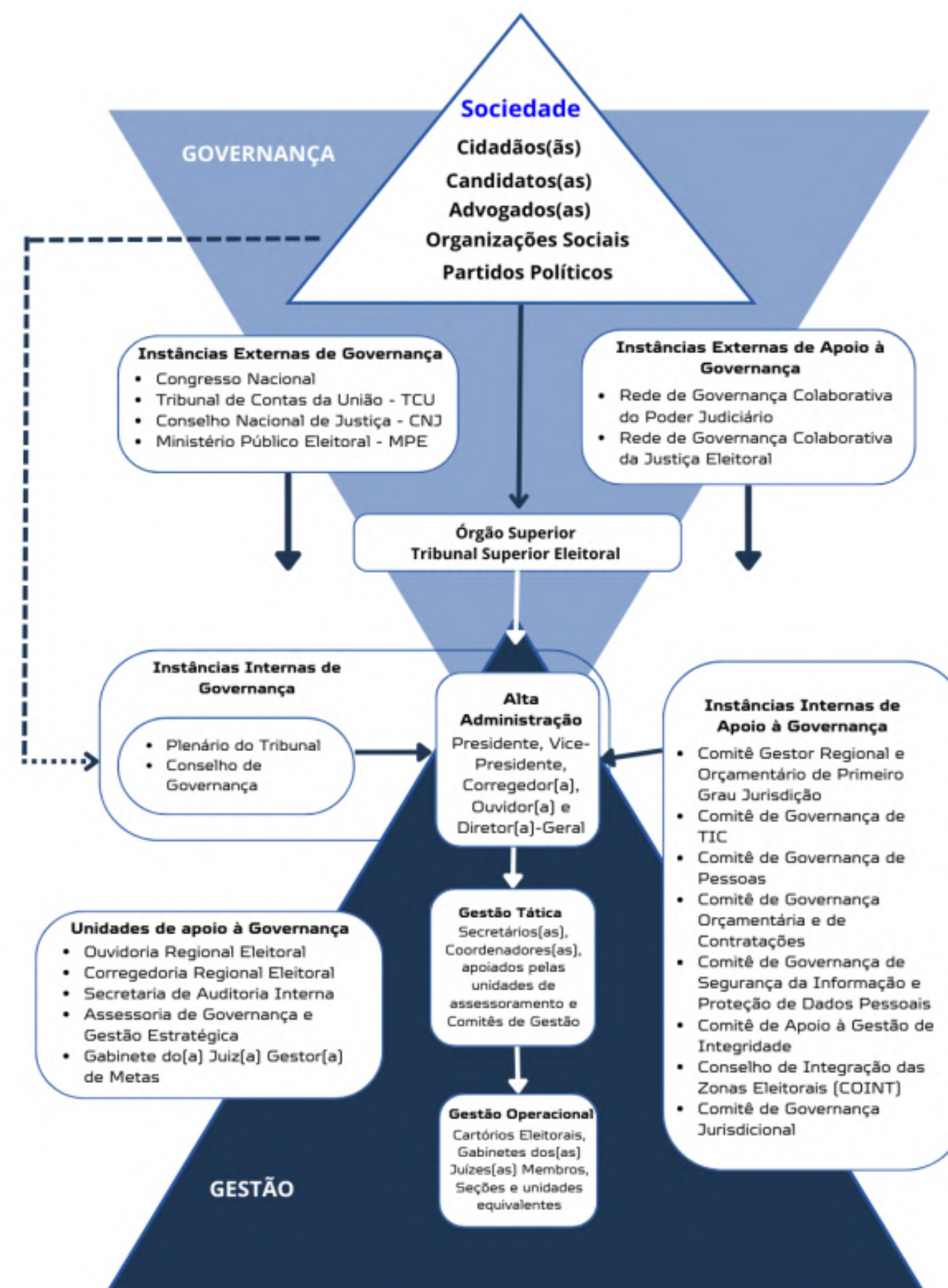
ACOMPANHAR

Conferir se estamos alcançando os resultados esperados e onde podemos melhorar

Nossas instâncias de decisão

No Tribunal existem diferentes níveis de decisão. A imagem ao lado ilustra quem são os principais atores dessa engrenagem: desde quem define as grandes estratégias até quem cuida do dia a dia da gestão.

Essa organização garante que as políticas da instituição não fiquem apenas no papel, mas se transformem em serviços reais para a sociedade paraibana.



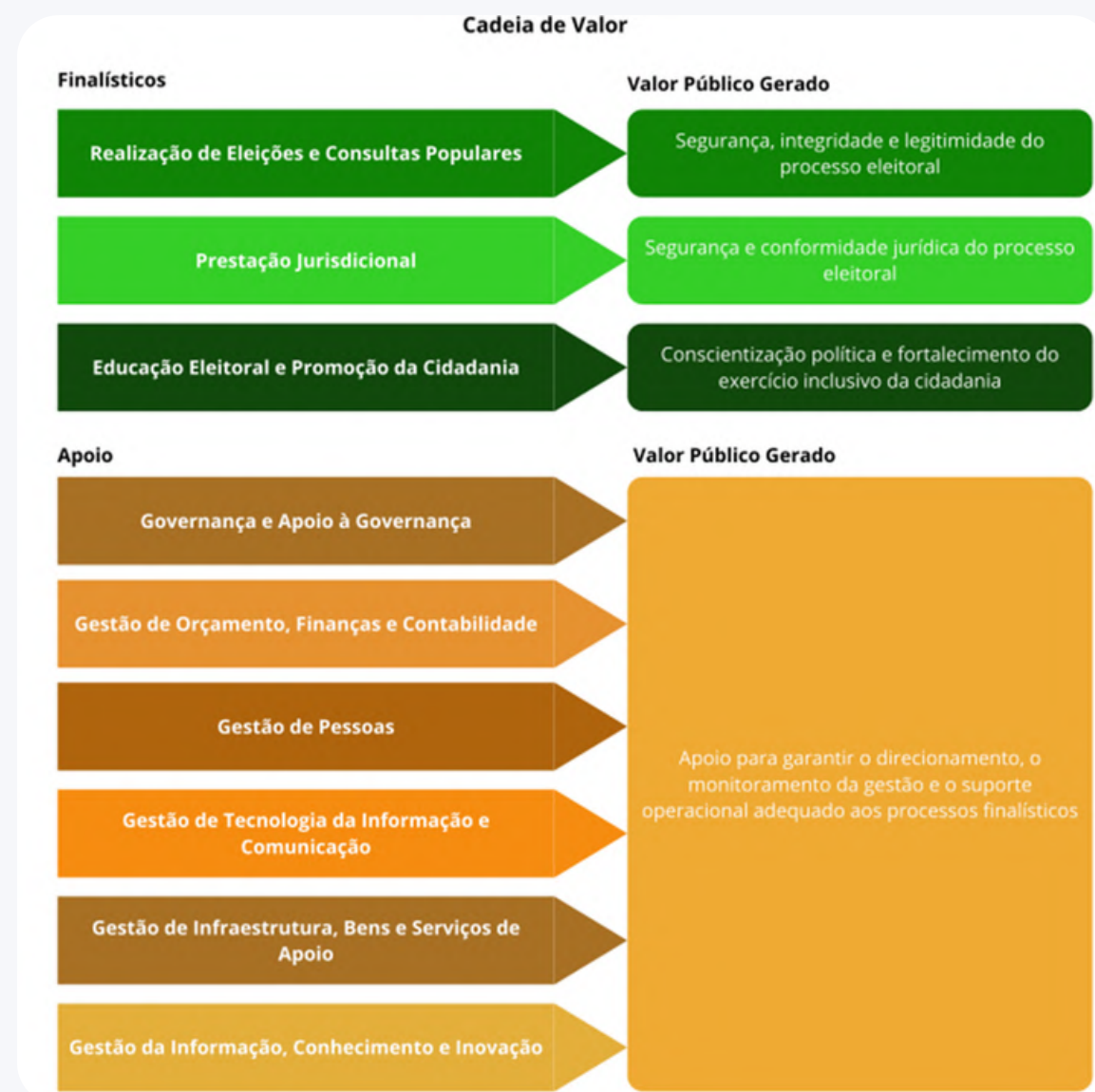
1.3 MODELO DE NEGÓCIO



1.4 CADEIA DE VALOR

Como geramos valor para a Sociedade

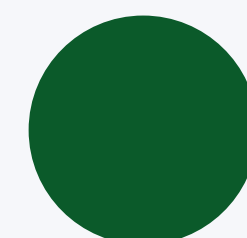
Para que o TRE-PB entregue serviços de qualidade, organizamos nossos processos em uma Cadeia de Valor. Funciona como uma grande engrenagem onde cada peça tem um papel fundamental para que o resultado final — a democracia — funcione perfeitamente.



Nossa Estrutura de Trabalho

Dividimos nossas atividades em dois grandes grupos para garantir eficiência:

PROCESSOS FINALÍSTICOS



É a nossa atividade principal, como realizar as eleições, julgar processos eleitorais e promover educação eleitoral e cidadania.

PROCESSOS DE APOIO



São processos indispensáveis à estratégia e à gestão do Tribunal, viabilizam o funcionamento coordenado e integrado, garantindo o direcionamento, o monitoramento da gestão e o suporte operacional adequado aos processos finalísticos.

O desdobramento dos processos e os produtos gerados estão representados na Arquitetura de Processos.

1.5 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Ouvidoria Eleitoral

A Ouvidoria Eleitoral e a Ouvidoria da Mulher são setores do TRE-PB, para onde o cidadão e a cidadã podem demandar suas denúncias, reclamações, sugestões, solicitações e elogios a este Regional, através da rede mundial de computadores – site www.tre-pb.jus.br por meio do [link](#).

O demandante também pode encaminhar comunicação para o e-mail ouvidoria@tre-pb.jus.br, e pelos telefones **(83) 3512-1381, 3512-1451 e 3512-1450**. A unidade também recebe demandas pelo aplicativo de autoatendimento Sz.Chat – **(83 3512-1500)**, análogo ao WhatsApp. As demandas podem, ainda, ser recebidas pessoalmente na Ouvidoria Eleitoral ou pelos Correios **(Av. Princesa Isabel, 201, Tambiá, João Pessoa – PB)**.

Ouvidoria da Mulher

No tocante à Ouvidoria da Mulher as atividades de 2025 foram fortemente pautadas pelo cumprimento dos requisitos do Prêmio de Qualidade do CNJ, bem como por iniciativas de estruturação interna e melhoria da comunicação. O relatório de atividades, manifestações recebidas e pesquisa de satisfação dos usuários da Ouvidoria podem ser consultados na página [Ouvidoria Eleitoral da Paraíba - Serviço de Informações ao Cidadão \(SIC\)](#).

Carta de Serviços ao Cidadão

A Carta de Serviços ao Cidadão é um documento elaborado pelo Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba com o objetivo de divulgar os serviços oferecidos por intermédio das suas unidades. Neste documento, são descritas as formas de acesso a esses serviços, os respectivos compromissos, padrões de eficiência e qualidade de atendimento ao público, para que sejam amplamente conhecidos pela sociedade, conforme determinação do Decreto nº 6.932, de 11 de agosto de 2009.

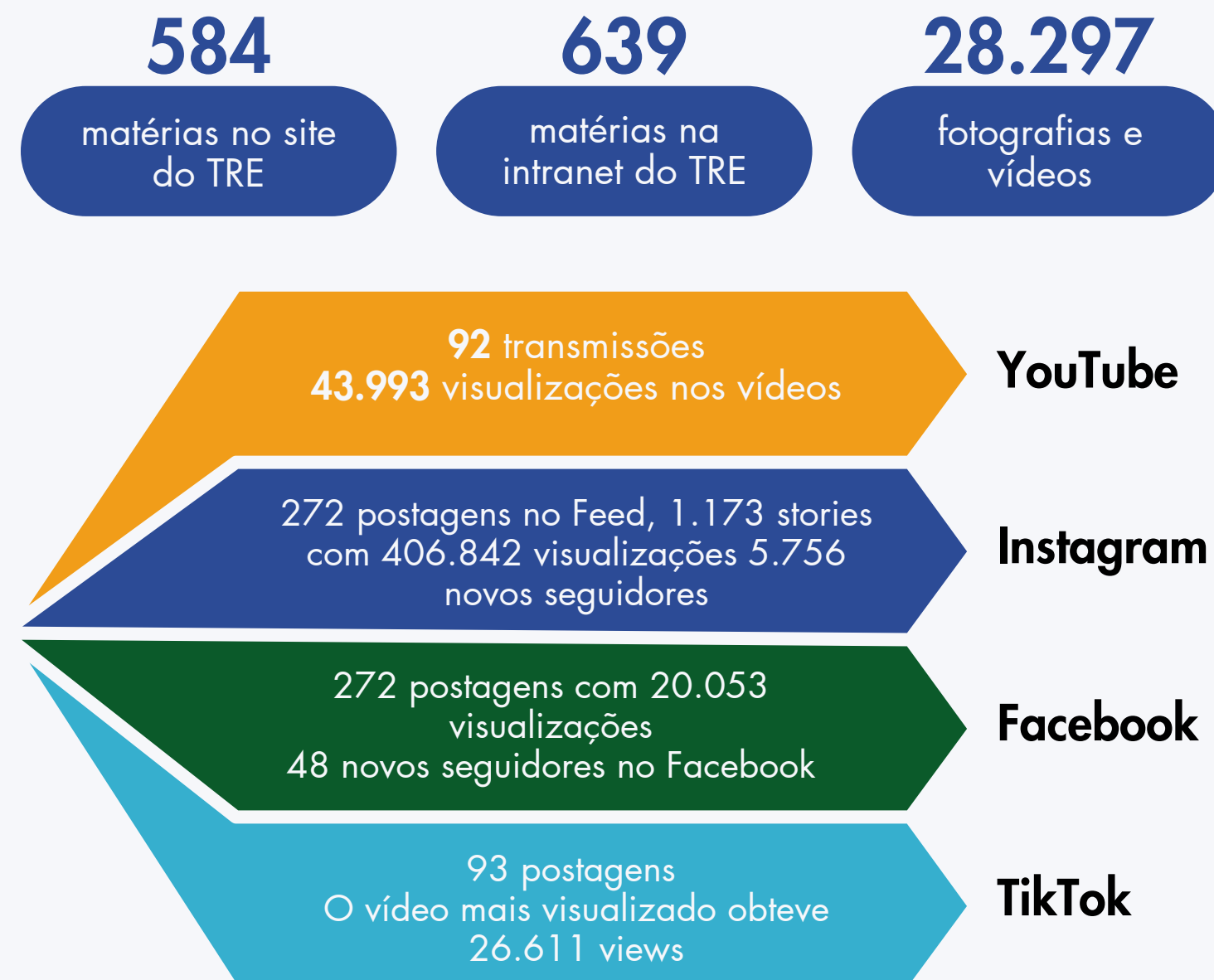
Por meio desse instrumento o Tribunal assume, também, o compromisso com a busca contínua pela celeridade e excelência no atendimento ao cidadão. Essas informações prestigiam a transparência das atividades desempenhadas e os serviços oferecidos.

[Acesse a Carta de Serviços ao Cidadão](#)



Canais de Comunicação e Redes Sociais

Ao longo do exercício de 2025, a Assessoria de Comunicação e Multimídia (ASCOM), unidade responsável pela gestão das redes sociais institucionais, realizou a publicação dos seguintes quantitativos de matérias e postagens:



No somatório anual, o Tribunal obteve 98.854 visualizações.

No TikTok, o TRE-PB tem 51.797 seguidores, sendo o 2º Tribunal Regional Eleitoral com mais seguidores.

Ações de Cidadania

O relacionamento do TRE-PB com o ambiente externo e a sociedade foi intensificado por meio do eixo Cidadania. As estratégias desenvolvidas, ao longo do ano de 2025, priorizaram o cidadão, em especial os jovens que, embora com idade de voto facultativo, não buscavam o alistamento eleitoral, por não desejarem participar ativamente da vida política.

Assim, por meio de ações diversas e inclusivas, o tribunal pôde fazer-se presente em várias áreas da sociedade que abrangem não somente a educação de forma geral, mas também o estímulo à participação cidadã e a memória institucional.

Com esse objetivo, foram implementadas campanhas socioeducativas, abrangendo matérias focadas na educação política, conscientização cívica e fortalecimento da democracia.

A ação "**PoliTEENzando: Jovem que vota muda a rota!**", demonstrou um alto nível de engajamento com a sociedade civil e o ambiente externo, em linha com a campanha nacional "Votar é a nossa cara" do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O projeto teve como principal objetivo estimular a participação política e o exercício consciente da cidadania entre jovens de 15 a 17 anos da rede pública estadual.



Também foram desenvolvidos projetos que aproximaram a Justiça Eleitoral do público estudantil e docente de diversas instituições educacionais, como escolas e universidades.

Confira as [Ações Desenvolvidas pela Seção de Programas, Biblioteca e Memória Institucionais em 2025](#)



TRE de portas abertas

Nesse projeto, numa parceria com as instituições de ensino, abrimos as portas do Tribunal para recebê-las em nossa sede. Assim, professores e alunos aqui aportaram e a eles foram apresentadas algumas unidades do Tribunal, a começar pelo nosso memorial e sala de sessões. Neste ano, recebemos a Universidade Federal da Paraíba (Campus Campina Grande), a Unipê e a Uniesp.

TRE rumo às escolas

Nesta ação de cidadania, o Tribunal dirigiu-se até as instituições públicas e privadas para, em conjunto com o corpo discente dessas escolas, manter um diálogo sobre as questões eleitorais que sedimentam a democracia, dialogando diretamente com os alunos. Participaram dessa ação, neste ano, o Colégio Intensivo de João Pessoa e a Escola Cidadã Integral João Caetano de Bayeux.

Jovens Lideranças

na consecução desse projeto, o Tribunal Regional Eleitoral foi demandado por várias instituições para que realizasse eleições dos presidentes de turmas dessas escolas. Assim, por meio dessas visitas democráticas, sementes foram plantadas junto aos alunos que, paulatinamente, começaram a se familiarizar com o exercício da cidadania.

Esses projetos, ao tempo em que nos aproximaram dos(as) alunos(as), professores e cidadã(o)s e cidadãs em geral, trouxeram consigo oportunidades de desenvolvimento e melhoria das nossas atividades em busca do aperfeiçoamento da democracia e do efetivo exercício da cidadania.

Também foram desenvolvidas ações estratégicas para a qualificação do cadastro de eleitores. Merece destaque o **incremento significativo nos dados de pessoas com deficiência** no Cadastro Eleitoral, que saltou de **25.963 para 28.875 registros em 2025**, representando um aumento real na identificação desse público e possibilitando a adoção de medidas mais eficazes de acessibilidade.

Outra frente de atuação relevante foi o **Plano de Ação para Atualização do Cadastro de Biometrias**, que logrou reduzir o percentual de eleitores sem dados biométricos de 4,93% para 4,10%, por meio do envio de mensagens via SZ.Chat e da instalação de postos de atendimento itinerantes em locais estratégicos.

No âmbito da inclusão social, o tribunal participou ativamente de projetos voltados a populações vulneráveis, como a Semana Nacional "Registre-se", o "Dia D da Empregabilidade" na FUNAD e os Seminários Estaduais de Identificação e Documentação Básica.

A inserção da Corregedoria no Comitê Local da Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua (PopRuaJud) reforçou o compromisso institucional com a garantia dos direitos políticos dessa parcela da população. Além disso, as ações em comunidades quilombolas e indígenas demonstraram a capilaridade da Justiça Eleitoral paraibana.

Transparência

O portal do TRE-PB na internet possui um espaço dedicado às informações de Transparência e Prestações de Contas, referentes à sua gestão administrativa e financeira, dando transparência a seus atos, conforme critérios estabelecidos pelo TCU e pelo CNJ.

Em 2025, o tribunal alcançou 98,42% dos critérios do Ranking de Transparência do CNJ.



1.6 AMBIENTE EXTERNO

O ambiente externo do TRE-PB caracteriza-se por elevada dinamicidade e crescente complexidade, sendo moldado por fatores regulatórios, econômicos, tecnológicos, institucionais e sociais que impactam diretamente sua capacidade de gerar valor público no curto, médio e longo prazos.

No campo institucional, destaca-se o fortalecimento da governança digital integrada entre a Justiça Eleitoral e órgãos de segurança pública, especialmente no contexto preparatório para as Eleições Gerais de 2026. Essa articulação representa oportunidade relevante para o aprimoramento da segurança do processo eleitoral e para o enfrentamento estruturado da desinformação — fenômeno que permanece como um dos principais desafios à confiança pública nas instituições democráticas, exigindo monitoramento contínuo, ações educativas e estratégias de comunicação institucional mesmo em anos não eleitorais.

O avanço acelerado das tecnologias digitais, em especial da Inteligência Artificial, configura simultaneamente oportunidade e risco. Por um lado, possibilita ganhos de eficiência administrativa, como a otimização da gestão documental e o apoio à elaboração de peças técnicas e jurídicas. Por outro, amplia o potencial de produção de conteúdos sintéticos capazes de intensificar a desinformação, exigindo preparo institucional e desenvolvimento de capacidades preventivas.

No âmbito tecnológico, a transformação digital em curso amplia a dependência de infraestrutura robusta e segura, expondo o Tribunal a riscos cibernéticos crescentes, incluindo tentativas de ataques a sistemas eleitorais e bases de dados sensíveis. Tal cenário impõe a necessidade de investimentos contínuos em segurança da informação, capacitação técnica e modernização dos ambientes tecnológico.

Sob a perspectiva regulatória, as frequentes mudanças normativas e o aumento da judicialização de matérias eleitorais — inclusive com expansão da competência criminal — geram impactos operacionais relevantes sem correspondente ampliação do quadro de pessoal. Soma-se a isso a dependência de servidores requisitados, cuja disponibilidade é influenciada pelas condições dos órgãos de origem, configurando fator externo com potencial de afetar a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

No campo econômico, o cenário de restrições orçamentárias e contingenciamentos fiscais impõe limitações à realização de investimentos estruturantes, especialmente nas áreas de tecnologia, capacitação e inovação. Variáveis macroeconômicas como inflação e taxas de juros também influenciam os processos de contratação pública, afetando a capacidade das empresas em manter regularidade fiscal e cumprir requisitos legais.

No plano social, emergem demandas crescentes relacionadas à saúde mental, inclusão, diversidade e equidade, que exigem adaptações contínuas nas políticas de gestão de pessoas. Observa-se ainda desafio específico na interiorização da força de trabalho jurídica, diante da insuficiência de estudantes de Direito residentes fora dos grandes centros para suprir as vagas de estágio nas zonas eleitorais. No eixo ambiental, destacam-se iniciativas voltadas à gestão do ciclo de vida dos ativos, com desfazimento ambientalmente adequado de bens e doação de equipamentos ociosos.

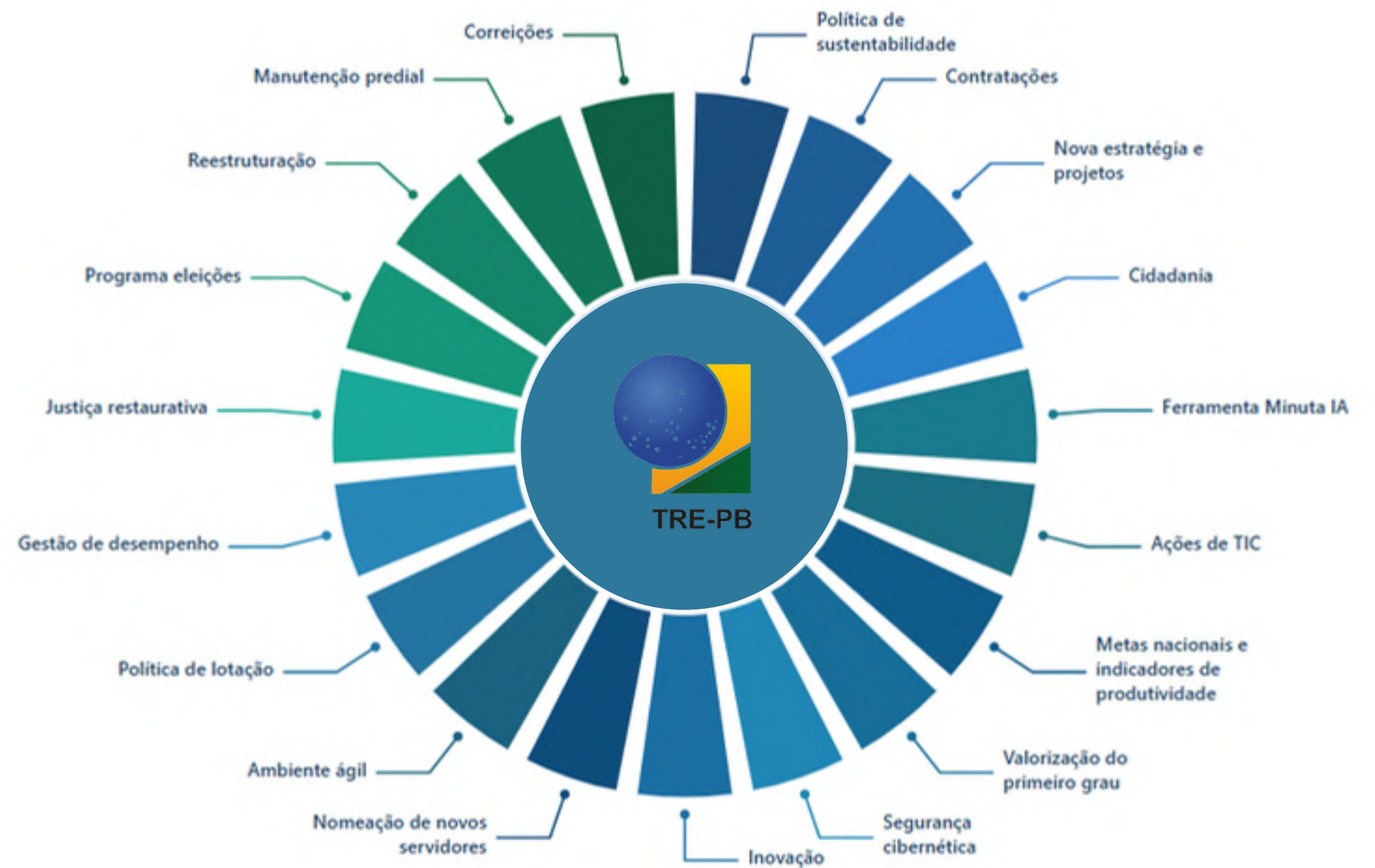
Em síntese, o ambiente externo apresenta oportunidades relevantes — como cooperação interinstitucional, inovação tecnológica e integração digital — ao mesmo tempo em que impõe ameaças estruturais, como restrições orçamentárias, riscos cibernéticos, desinformação e limitações de pessoal. A adequada leitura desses fatores tem orientado a atuação estratégica do TRE-PB, permitindo adaptação contínua e fortalecimento da sua capacidade de entregar valor à sociedade.

1.7 DETERMINAÇÃO DA MATERIALIDADE DAS INFORMAÇÕES

A elaboração deste relatório utilizou critérios de materialidade, ou seja, foram selecionados os temas que realmente impactam a vida do(a) cidadão(ã) e os resultados alcançados pelo tribunal. Para tanto, a estratégia para definir o conteúdo baseou-se em três pilares: **Conectividade, Participação da Gestão e Geração de Valor**. Os assuntos foram determinados adotando o modelo de negócios do TRE-PB como diretriz, buscando demonstrar como transformamos nossos recursos e geramos valor para a sociedade.

Quanto aos limites do relatório foi adotada uma abordagem ampla, primando pela transparência dos atos de gestão à sociedade e aos órgãos de controle. Buscou-se unificar informações financeiras e não financeiras, de maneira concisa, apresentando como a estratégia, a governança, o desempenho e a visão de futuro da Justiça Eleitoral da Paraíba, no contexto do seu ambiente externo, levam à criação de valor em curto, médio e longo prazos.

Como resultado desse planejamento destacamos os temas que foram considerados essenciais para a sociedade e onde foram concentrados os maiores esforços e investimentos, durante o ano de 2025:





GOVERNANÇA, ESTRATÉGIA E DESEMPENHO

2

2.1 PLANO ESTRATÉGICO

Em 2025 o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba realizou a transição para um **novo ciclo da estratégia (2025-2032)**. De forma inédita, com o patrocínio da Presidência, foi realizado um planejamento participativo, envolvendo mais de 200 colaboradores, incluindo magistrados, servidores e terceirizados, utilizando metodologias ágeis na identificação do referencial estratégico e dos resultados chaves, com o objetivo de garantir que a estratégia faça sentido na rotina de quem a executa, afastando-se de modelos distantes do cotidiano.

A identidade organizacional foi redefinida para refletir os desafios contemporâneos da Justiça Eleitoral:

MISSÃO

Fortalecer a democracia, promovendo a cidadania, garantindo a legitimidade do processo eleitoral e a efetiva prestação jurisdicional.

VISÃO

Até 2032, ser uma instituição de excelência, com processos operacionais, serviços eleitorais e prestação jurisdicional eficientes e acessíveis, em um ambiente de trabalho que valorize o bem-estar das pessoas que fazem o TRE-PB.

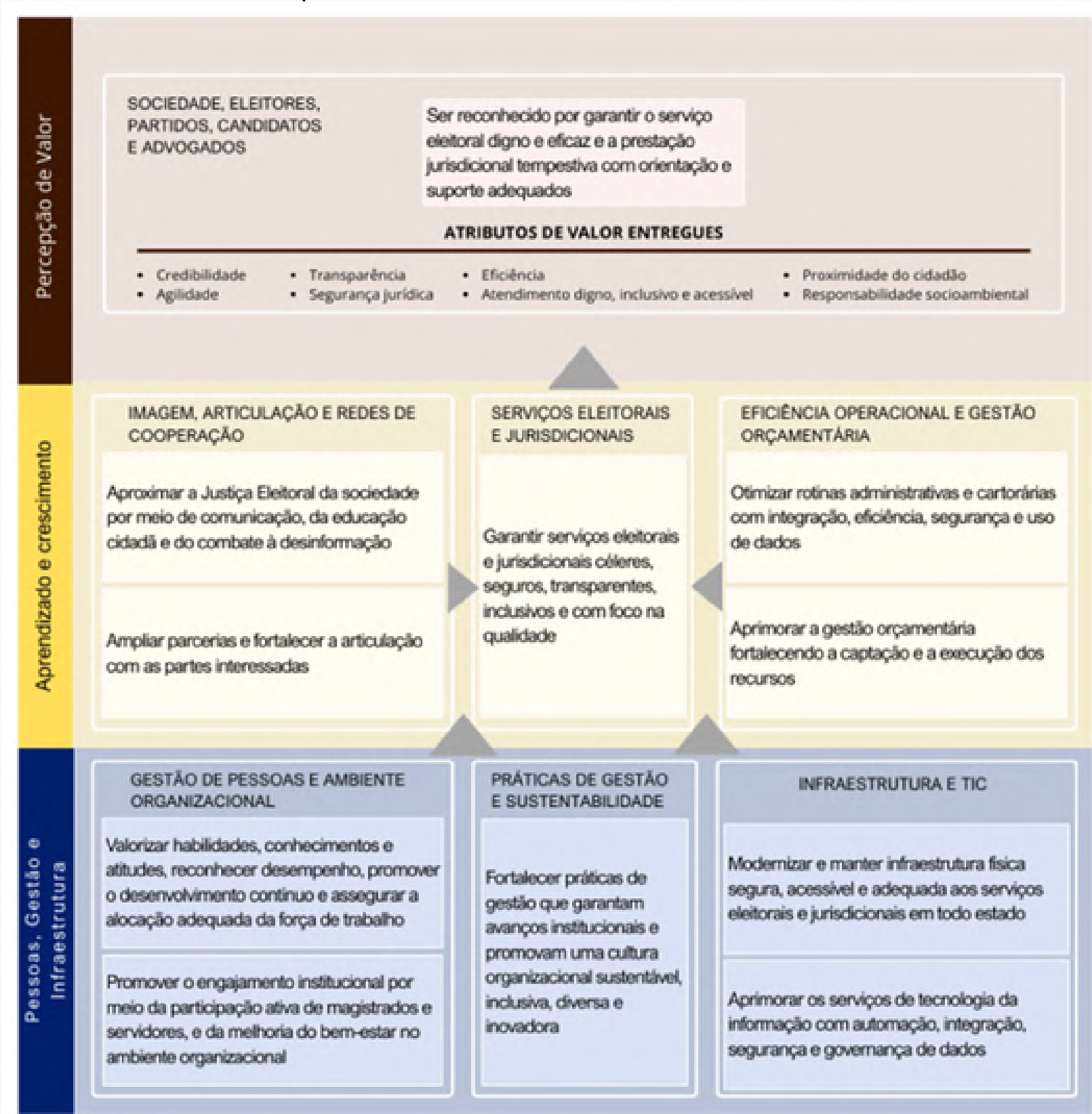
NOSSOS VALORES

Humanização	Celeridade com responsabilidade	Integridade
Equidade	Cultura inovadora	Capacidade de mobilização
Compromisso com resultados	Sustentabilidade socioambiental	

A estratégia foi dividida em seis eixos temáticos que sustentam as diretrizes e percepção de valor até 2032:



Foram definidos 11 objetivos estratégicos e 26 resultados-chave (RCs) para mensuração de desempenho:



2.2 APOIO DA ESTRUTURA DE GOVERNANÇA À CAPACIDADE DO TRE/PB DE GERAR VALOR

O Sistema de Governança e Gestão do TRE-PB está regulamentado pela Resolução nº 6/2024 do TRE-PB que apresenta as estruturas internas de governanças, as estruturas de apoio, as estruturas de gestão, os planos a serem elaborados nos níveis estratégico, tático e operacional e o processo de transição da gestão.

São objetivos desse sistema:

- Proteger o patrimônio público e os valores da Justiça Eleitoral
- Consolidar um modelo de gestão amplo e otimizado
- Identificar, tratar e direcionar as questões estratégicas
- Focar as ações e estratégias do Tribunal em resultados para as cidadãs e os cidadãos e usuárias e usuários dos serviços
- Gerenciar riscos
- Prestar contas e envolver efetivamente as partes interessadas
- Definir claramente as funções e as responsabilidades das estruturas e instâncias internas de governança e de gestão, certificando-se de seu cumprimento
- Colocar em prática os valores organizacionais

A estrutura do sistema de governança e gestão do TRE-PB compõe-se de instâncias externas, internas e de apoio à governança. As instâncias externas de governança são responsáveis pela fiscalização, controle e regulação.

Às instâncias internas compete definir e avaliar a estratégia e as políticas da Justiça Eleitoral da Paraíba, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas.

Por fim, as instâncias internas de apoio à governança têm por função implementar, revisar e reportar o progresso de ações, garantir a eficiência administrativa e a conformidade com as regulamentações. A composição e as atribuições de cada instância de governança podem ser consultadas na Resolução TRE-PB nº 6/2024.

Instâncias Internas de Governança:

- Plenário do Tribunal
- Conselho de Governança
- Alta Administração.

Instâncias Internas de Apoio à Governança:

- Comitê Gestor Regional e Orçamentário de Primeiro Grau de Jurisdição
- Comitê de Governança de Tecnologia da Informação e Comunicação
- Comitê de Governança de Pessoas
- Comitê de Governança Orçamentária e de Contratações
- Comitê de Governança de Segurança da Informação e Proteção de Dados Pessoais
- Comitê de Apoio à Gestão da Integridade
- Conselho de Integração das Zonas Eleitorais
- Comitê de Governança Jurisdicional

Unidades de apoio à Governança:

- Corregedoria Regional Eleitoral
- Ouvidoria Regional Eleitoral
- Secretaria de Auditoria Interna
- Secretaria de Gestão Estratégica e Modernização
- Gabinete do(a) Juiz(a) Gestor(a) de Metas

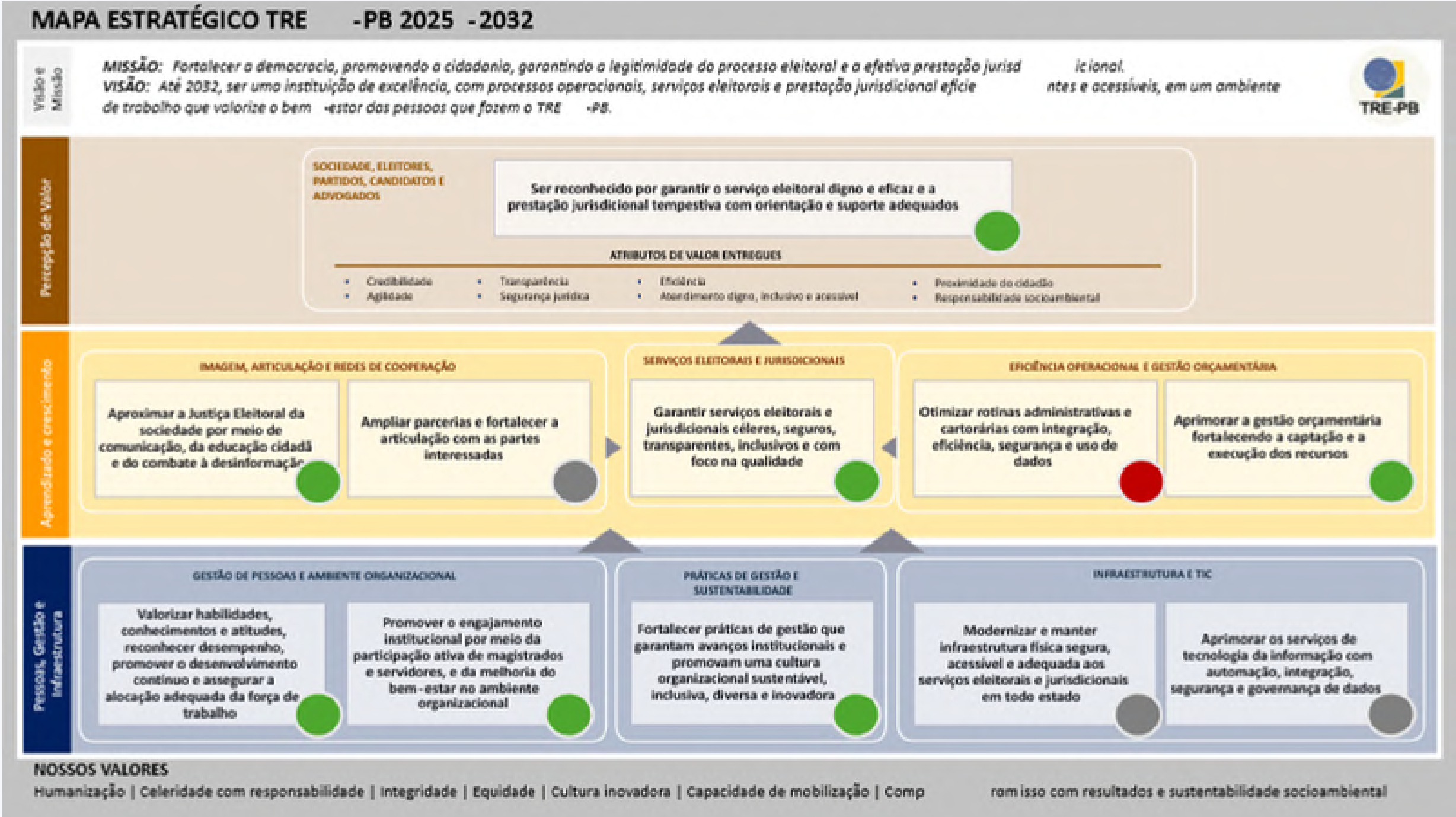
2.3 RESULTADOS ALCANÇADOS ANTE OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS E AS PRIORIDADES DA GESTÃO

Execução da Estratégia

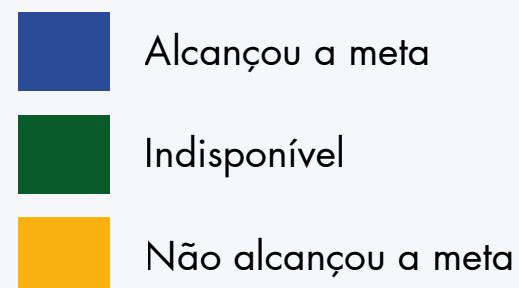
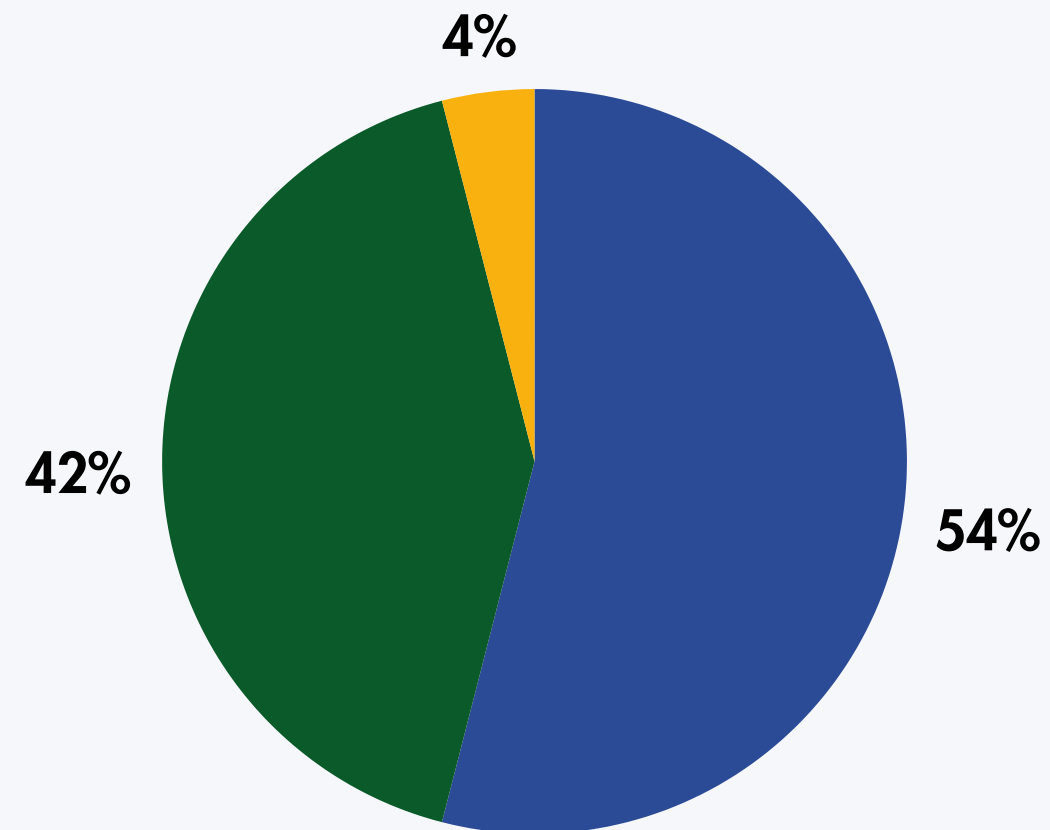
O Plano Estratégico Institucional da Justiça Eleitoral da Paraíba apresenta o referencial estratégico, composto pela Missão, Visão e Valores, define objetivos, Resultados Chave e projetos estratégicos com vistas à melhoria do desempenho e à excelência da gestão do processo eleitoral. A persecução do cumprimento dos objetivos estratégicos se dá através do estabelecimento de Resultados Chaves. Para o alcance das metas, as unidades executam iniciativas estratégicas, que consistem em conjuntos de projetos e planos de ação destinados a ajudar a organização a alcançar os resultados almejados.

Resultados Chave de 2025

A partir da análise por objetivos observa-se que o desempenho dos resultados chaves estratégicos demonstram o cumprimento de 54% das metas estabelecidas para o ano de 2025.



Resultados Chave



O detalhamento das metas estabelecidas e os resultados alcançados estão descritos abaixo, mas também podem ser consultados em:

Resultados Estratégicos

OBJETIVO: Ser reconhecido por garantir o serviço eleitoral digno e eficaz e a prestação jurisdicional tempestiva com orientação e suporte adequados:

RC1: Índice de satisfação do usuário (atendimento ao usuário da Justiça Eleitoral).

Meta: 70%

Resultado: Indisponível (a ferramenta ainda não existe, condiciona-se ao gestor de sistema).

RC2: Percepção positiva da sociedade sobre confiabilidade e transparência.

Meta: 65%

Resultado: Indisponível (a pesquisa de percepção pública ainda iniciará a fase de planejamento. Previsão de aplicação no ano de 2026).

RC3: Satisfação dos eleitores nos atendimentos eleitorais.

Meta: 95%

Resultado: 99,20%

OBJETIVO: Garantir serviços eleitorais e jurisdicionais céleres, seguros, transparentes, inclusivos e com foco na qualidade:

RC4: Pontuação no eixo produtividade do Prêmio CNJ.

Meta: 80%

Resultado: 83,93%

RC5: Notificação de PCD no cadastro eleitoral.

Meta: 1%

Resultado: 4%

RC6: Cadastro eleitoral sem pendências biométricas.

Meta: 95,1%

Resultado: 96%

OBJETIVO: Aproximar a Justiça Eleitoral da sociedade por meio de comunicação, da educação cidadã e do combate à desinformação

RC7: Aumento no público das ações socioeducativas.

Meta: As metas são a partir de 2026.

RC8: Ranking de engajamento nas mídias sociais.

Meta: 27%

Resultado: 18%

OBJETIVO: Ampliar parcerias e fortalecer a articulação com as partes interessadas

RC9: Índice iESGo TCU.

Meta: As metas são a partir de 2029.

RC10: Cobertura dos parceiros potenciais.

Meta: As metas são a partir de 2029.

OBJETIVO: Otimizar rotinas administrativas e cartorárias com integração, eficiência, segurança e uso de dados

RC11: Tempo médio de tramitação dos processos administrativos.

Meta: 60%

Resultado: Indisponível (Ação de aprimoramento e desenvolvimento da pesquisa).

RC12: Redução de processos administrativos (SEI) atuados anualmente.

Meta: 50%

Resultado: 29,64%

OBJETIVO: Aprimorar a gestão orçamentária fortalecendo a captação e a execução dos recursos

RC13: Disponibilidade de dados orçamentários em solução digital.

Meta: 20%

Resultado: 38,10%

RC14: Projetos estratégicos com uso de créditos suplementares.

Meta: 1

Resultado: 1

OBJETIVO: Valorizar habilidades, conhecimentos e atitudes, reconhecer desempenho, promover o desenvolvimento contínuo e assegurar a alocação adequada da força de trabalho

RC15: Satisfação com “Reconhecimento” na pesquisa de clima.

Meta: 85%

Resultado: 90%

RC16: Alocação adequada da Força de Trabalho.

Meta: 10%

Resultado: 10%

OBJETIVO: Promover o engajamento institucional por meio da participação ativa de magistrados e servidores e da melhoria do bem-estar no ambiente organizacional.

RC17: Ambiente seguro e respeitoso.

Meta: 20%.

Resultado: 20%

RC18: Percepção positiva de identidade com a Justiça Eleitoral.

Meta: 85%

Resultado: 98%

RC19: Satisfação com a comunicação interna.

Meta: 85%

Resultado: Indisponível (A medição do resultado está condicionada a pesquisa de satisfação que não foi aplicada em 2025, com previsão de ser realizada no ano de 2026)

OBJETIVO: Fortalecer práticas de gestão que garantam avanços institucionais e promovam uma cultura organizacional sustentável, inclusiva, diversa e inovadora.

RC20: Índice de Desenvolvimento Sustentável.

Meta: 52%.

Resultado: 52%

RC21: Aderência entre as ações e planos.

Meta: 40%

Resultado: Indisponível

RC22: Atendimento a requisitos de acessibilidade, inclusão e participação feminina.

Meta: 50%

Resultado: 52%

OBJETIVO: Modernizar e manter infraestrutura física segura, acessível e adequada aos serviços eleitorais e jurisdicionais em todo estado.

RC23: Imóveis acessíveis a pessoas com deficiência.

Meta: 62%

Resultado: 90%

RC24: Imóveis adequados ao funcionamento dos serviços.

Meta: 10%

Resultado: Indisponível

OBJETIVO: Aprimorar os serviços de tecnologia da informação com automação, integração, segurança e governança de dados.

RC25: Economia de horas com automação e integração.

Meta: 1.000 horas

Resultado: Indisponível (a primeira iniciativa voltada para este RC está com previsão de conclusão em 2026 (pagamento de mesários mediante pix), de forma que não repercutiu no resultado do ano passado).

RC26: Redução dos requisitos de TIC não cumpridos.

Meta: 80%

Resultado: Indisponível. (A matriz de adequação tecnológica ainda está em fase de elaboração, como parte do Plano Diretor de TIC, a ser aprovada até fevereiro deste ano, conforme cronograma do projeto. Em todo caso, as primeiras iniciativas relacionadas estão previstas para conclusão em 2026).

Projetos Estratégicos

Para a implementação da estratégia foram impulsionados 20 (vinte) projetos, gerenciados por um(a) magistrado(a) e um(a) servidor(a), cujo monitoramento pode ser acompanhado pela página Projetos Estratégicos A relação dos projetos com os respectivos objetivos segue abaixo

1. ARQUIVO ÚNICO

Objetivo: Otimizar a estrutura das Zonas Eleitorais; Otimizar a gestão do acervo; Garantir segurança na conservação dos documentos e celeridade no acesso à informação.

2. ATENDIMENTO INCLUSIVO

Objetivo: Habilitar servidores para o atendimento inclusivo, desenvolvendo competências, incorporando rotinas, utilizando suporte tecnológico e estrutura física em todos os serviços de atendimento físico e digital promovidos pelo TRE-PB.

3. INTEGRAÇÃO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS COM IA

Objetivo: Implementar o uso estruturado do Minuta IA para elaboração de pareceres técnicos em Prestações de Contas Eleitorais e Anuais.

4. LIODS - INSTITUIÇÃO DA POLÍTICA DE INOVAÇÃO

Objetivo: Fortalecer a cultura de inovação no TRE-PB por meio da política institucional, rede de multiplicadores e ambiente de experimentação.

5. NOVA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRE-PB

Objetivo: Redefinir o mapa organizacional com fins de aprimorar a distribuição de atribuições, evitar sobreposições e retrabalho e otimizar o fluxo dos processos de trabalho.

6. NOVO MODELO ORÇAMENTÁRIO

Objetivo: Implementar novo modelo de estrutura orçamentária para o TRE/PB alinhado aos macroprocessos da Justiça Eleitoral, incorporando orçamento participativo com participação das Zonas Eleitorais, proporcionando maior transparência e capacidade de suporte à decisão gerencial.

7. PLANO DE OBRAS

Objetivo: Elaboração e implementação de um plano estruturado de reformas e construções para os prédios do TRE-PB, priorizando modernização, acessibilidade, segurança, ergonomia e adequação dos espaços às exigências da Justiça Eleitoral e ao bem-estar dos servidores e usuários

8. PLANO DIRETOR DE TIC

Objetivo: Desenvolvimento e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), com diretrizes para suprir lacunas de TIC identificadas nos temas infraestrutura, segurança, pessoas e processos.

9. PLANO DE COMUNICAÇÃO E IDENTIDADE VISUAL

Objetivo: Reestruturar a comunicação institucional do TRE-PB de forma integrada, padronizada e estratégica, alinhada à Política de Comunicação do Judiciário, fortalecendo identidade, engajamento e transparência, e aprimorando o relacionamento com públicos internos e externos.

10. PLATAFORMA DE SERVIÇOS ELEITORAIS

Objetivo: Disponibilização de plataforma que integre os serviços eleitorais prioritários, promovendo acessibilidade, automação e autonomia do usuário.

Projetos Estratégicos

11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS COM TEMAIS ANUAIS

Objetivo: Institucionalizar uma política que foca anualmente ações do Tribunal em temas palpitantes à sociedade, com impacto na prestação jurisdicional e preparação de eleições.

12. PREPARAÇÃO DO MUSEU DO TRE/PB

Objetivo: Criar espaço adequado para preservação e divulgação da memória da Justiça Eleitoral e da democracia.

13. PROCESSO SELETIVO PARA OCUPAÇÃO DE CARGOS

Objetivo: Institucionalização de um processo seletivo aberto e transparente para cargos de gestão no TRE-PB, com base em critérios técnicos, experiências e competências, promovendo meritocracia, isonomia e valorização da trajetória profissional.

14. REDIMENSIONAMENTO DA FORÇA DE TRABALHO

Objetivo: Redimensionar a força de trabalho das unidades do TRE-PB, promovendo redistribuição estratégica de servidores.

15. SISTEMA DE GESTÃO DE COMPETÊNCIAS

Objetivo: Institucionalização da gestão de competências no TRE-PB, visando alinhar o perfil dos servidores às necessidades institucionais.

16. SISTEMA DE GESTÃO DE DESEMPENHO

Objetivo: Institucionalização de boas práticas de gestão de desempenho baseada nos resultados produzidos por unidades e servidores do TRE-PB.

17. USINA FOTOVOLTAICA

Objetivo: Implantação de geração de energia solar fotovoltaica para redução de despesas com energia elétrica, bem como redução da emissão de gases de efeito estufa do escopo 2 do Padrão GHG Protocol Brasileiro.

18. VALORIZE-SE

Objetivo: Implantar um programa de intercâmbio entre servidores efetivos das Zonas Eleitorais junto a outros TREs, com o objetivo de ampliar a visão institucional, compartilhar boas práticas e promover o reconhecimento e o desenvolvimento pessoal e profissional.

19. VISÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA (BI)

Objetivo: Aperfeiçoar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira para melhor controle por parte das macro unidades e alta administração (Presidência, Vice Presidência e Diretoria Geral).

20. ZONA SEGURA

Objetivo: Implantação de sistemas integrados de segurança patrimonial nos Cartórios Eleitorais do TRE-PB, com uso de tecnologia e reforço físico-estrutural, visando garantir ambientes mais seguros para servidores, eleitores, documentos e equipamentos..

O acompanhamento mensal dos projetos, através das reuniões de análise da estratégia, com a participação da alta gestão do Tribunal, magistrados e servidores conecta o esforço das equipes ao propósito maior da organização. Mais do que acompanhar prazos e entregas, são avaliados se os projetos estão gerando valor público e enfrentando os desafios estratégicos. Ao integrar execução, monitoramento e decisão, o foco e a coerência são assegurados. Registra-se que foram realizadas cinco RAEs em 2025.



2.4 RESULTADOS E DESEMPENHO DA GESTÃO

Justiça Restaurativa

No âmbito da Justiça Restaurativa, o TRE celebrou o Acordo de Cooperação Técnica n.º 01/2025 com o Tribunal de Justiça da Paraíba, o que viabilizou a realização de 47 Círculos de Construção de Paz, alcançando 392 participantes em 43 Zonas Eleitorais distribuídas por 28 municípios.

A iniciativa, voltada à humanização das relações de trabalho, à promoção da escuta qualificada e ao fortalecimento do sentimento de pertencimento institucional, contou com a participação de magistrados, servidores, colaboradores terceirizados e estagiários em exercício nas Zonas Eleitorais, contribuindo para o aprimoramento do ambiente organizacional e das relações interpessoais.

Valorização do 1º grau

A Administração do TRE/PB tem conferido especial prioridade ao fortalecimento do 1.º Grau de jurisdição, diretriz que se reflete, de forma concreta, nos processos de requisição de servidores. Nesse contexto, destacam-se as reuniões realizadas com gestores dos Poderes Legislativo e Executivo municipais, bem como as iniciativas formalizadas por meio de Termos de Intenção, voltadas à construção de propostas que promovam a valorização dos servidores municipais requisitados para atuação junto à Justiça Eleitoral.

Como resultado desse esforço institucional, até 31/12/2025 foram editados 52 atos normativos municipais instituindo adicional indenizatório em favor dos servidores municipais requisitados pela Justiça Eleitoral.

A medida tende a repercutir positivamente na ampliação da oferta de servidores voluntários à requisição, além de contribuir para o aumento da eficiência e da qualidade do atendimento prestado ao cidadão.

Ainda no âmbito da política de valorização do 1.º Grau, registra-se a readequação do Programa de Estágio do TRE/PB, com a extinção de aproximadamente 50 vagas na Secretaria e a criação de 55 (cinquenta e cinco) vagas destinadas às Zonas Eleitorais do interior do Estado. Trata-se da primeira vez em que o Programa de Estágio do Tribunal passou a contemplar diretamente as Zonas Eleitorais, representando avanço significativo no reforço dessas unidades.

Ressalte-se, também, a criação do Programa de Residência Jurídica, através da Resolução TRE-PB n.º 22/2025, que instituiu uma vaga de Residente Jurídico para cada Zona Eleitoral da Região Metropolitana (João Pessoa, Bayeux, Cabedelo e Santa Rita), bem como para as Zonas Eleitorais de Campina Grande, totalizando 13 (treze) vagas destinadas ao fortalecimento do 1.º Grau de jurisdição.

Por fim, merecem destaque as ações estruturantes voltadas ao fortalecimento das Zonas Eleitorais, incluindo a interiorização de iniciativas de desenvolvimento e qualidade de vida. Entre elas, destacam-se o Programa VALORIZE-SE, direcionado à valorização dos servidores do 1.º Grau, além da implementação de Espaço de Convivência e da realização da Corrida da Democracia, ambos no município de Campina Grande.

Produtividade

Em 2025 o TRE/PB concentrou esforços nos processos finalísticos para reduzir o acervo dos antigos, diminuir o tempo médio de tramitação de ações e aumentar a satisfação da demanda.

Para tanto, foram adotadas as seguintes iniciativas:

- Amadurecimento da gestão processual por meio de painéis de BI e autonomia na manutenção da ferramenta;
- Adoção da ferramenta Minuta IA para otimizar a elaboração de sentenças no 1º grau;
- Instituição do Gabinete Virtual, com atuação efetiva no 1º grau, para reforçar as equipes de trabalho;
- Criação de força-tarefa para atuação na análise contábil dos processos de Prestação de Contas no 2º grau;
- Contratação de contadores profissionais como estagiários em nível de pós-graduação no 2º grau.

Os resultados alcançados em termos de produtividade foram os seguintes:

RESULTADOS	
Metas Nacionais do CNJ Glossário	Período de aferição 2025
Meta 1	106,96%
Meta 2 - 70%	139,99%
Meta 2 - 2018	100,00%
Meta 4 - 2020	111,11%
Meta 4 - 2022	172,39%
Prêmio de Qualidade CNJ Indicadores de Produtividade	Período de aferição Ago./2024 - Jul./2025
Percentual de processos antigos	0,79%
Tempo médio de processos	224 dias
Tempo médio de Ação Penal	331 dias
Taxa de Congestionamento Líquida	16,96%
Índice de Atendimento à Demanda	1º grau: 96,93% 2º grau: 100%

Gabinete Virtual e o Cumprimento das Metas Nacionais

A iniciativa de maior impacto estratégico no âmbito da jurisdição de primeiro grau durante o ano de 2025 foi a implementação e atuação do Gabinete Virtual. Diante do desafio de assegurar o cumprimento integral dos indicadores de produtividade do Conselho Nacional de Justiça, que foram objeto de medição ao final do primeiro semestre de 2025, bem como para garantir o atingimento das Metas Nacionais aferidas em dezembro, a Corregedoria Regional Eleitoral, autorizada pela Presidência, mobilizou uma força-tarefa composta por servidores de diversas unidades para prestar apoio remoto às Zonas Eleitorais com acervos críticos.

A atuação do Gabinete Virtual revelou-se fundamental para sanear passivos processuais e impulsionar feitos que impactavam diretamente nos índices de desempenho do Tribunal, especialmente nas Zonas Eleitorais de Santa Rita (2º e 3º Zonas), Mamanguape (7ª Zona), Sapé (4ª Zona), Cabedelo (57ª Zona) e Teixeira (30ª Zona).

A relevância dessa atuação coordenada reflete-se nos resultados expressivos alcançados nos indicadores do Prêmio CNJ de Qualidade e nas Metas Nacionais. O trabalho desenvolvido pelo Gabinete Virtual, que incluiu a análise de processos complexos, a elaboração de minutas de sentenças e despachos, e o saneamento de pendências em prestações de contas e ações penais, foi determinante para que o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba atingisse percentuais de excelência no Eixo Produtividade.

Conforme dados extraídos do Portal de Business Intelligence (BI) o esforço concentrado permitiu o cumprimento de todas as metas do CNJ.

A estratégia de apoio remoto, portanto, não apenas evitou o congestionamento processual, mas elevou o patamar de produtividade da Justiça Eleitoral paraibana, assegurando a entrega da prestação jurisdicional em tempo hábil.

Automação processual e Inovação tecnológica

A modernização dos fluxos de trabalho foi impulsionada pela ampliação do uso da ferramenta de automação "Janus", desenvolvida em parceria com outros regionais e adaptada à realidade local.

A utilização do robô Janus foi expandida para auxiliar no processamento das Prestações de Contas Anuais de partidos políticos, gerando ganho de escala e padronização nas rotinas cartorárias.

As rotinas automatizadas resultaram na produção de 474 minutas de despacho para omissos, 337 informações técnicas e dezenas de minutas de sentença, liberando a força de trabalho humana para atividades de maior complexidade intelectual. A tecnologia também se fez presente no suporte aos sistemas eleitorais, com o atendimento a 87 chamados técnicos e geração do acesso a diversas plataformas essenciais para a atividade judiciária, como BNMP, Sisbajud e Renajud.

Programa Eleições

O TRE-PB deu início ao Planejamento das Eleições 2026, com a Revisão do Programa Eleições existente. Tal revisão reflete a maturidade institucional do Tribunal, que já dispõe de metodologia estruturada e formalmente documentada para a organização das etapas preparatórias do processo eleitoral, especialmente aquelas conduzidas pelas unidades administrativas e judiciais da Sede. Trata-se, portanto, de processo de melhoria contínua de modelo consolidado, e não de criação de nova sistemática.

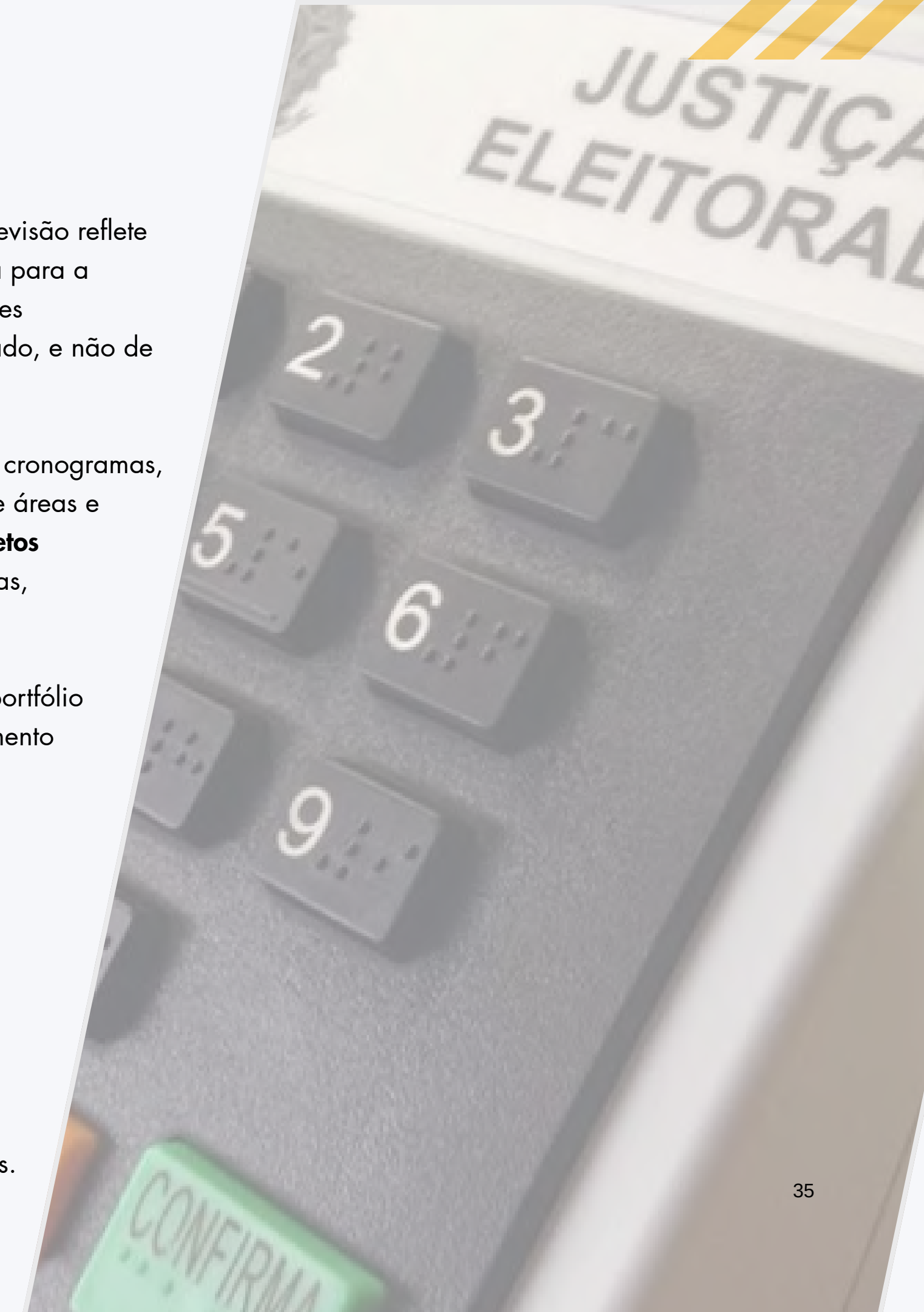
A revisão teve por finalidade incorporar lições aprendidas no pleito anterior, atualizar procedimentos, revisar cronogramas, redefinir marcos de controle e aperfeiçoar a matriz de responsabilidades, promovendo maior integração entre áreas e fortalecimento da governança eleitoral. Assim, o Programa Eleições 2026 encontra-se estruturado em **13 projetos executivos**, distribuídos entre as unidades administrativas e judiciais da Sede, abrangendo dimensões logísticas, tecnológicas, operacionais e de gestão de pessoas.

Os projetos foram priorizados com base em critérios de criticidade, risco e impacto institucional, compondo portfólio monitorado periodicamente pela Alta Administração, com vistas à mitigação de riscos eleitorais e ao cumprimento tempestivo das etapas preparatórias do pleito.

Sob a perspectiva da gestão de riscos, a iniciativa contribuiu para:

- identificação e reavaliação de riscos críticos do processo eleitoral;
- aprimoramento de controles preventivos e mitigatórios;
- aumento da previsibilidade na execução das atividades;
- redução de vulnerabilidades operacionais e de sobreposição de tarefas;
- melhoria do monitoramento e da capacidade de resposta institucional.

A ação encontra-se alinhada aos eixos da Estratégia 2025/2032 relacionados à eficiência operacional, práticas de gestão e sustentabilidade institucional, reforçando o modelo de governança orientado a resultados.



INOVAÇÃO

LIODS (Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável)

O Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (LIODS) consolidou-se como mecanismo estruturante de governança voltado à indução da inovação institucional e ao aprimoramento contínuo da gestão no âmbito do TRE-PB.

Suas ações estiveram alinhadas à Estratégia 2025/2032 e orientadas à geração de valor público, com foco na racionalização de processos, mitigação de riscos operacionais, fortalecimento dos controles internos e melhoria da eficiência administrativa. O LIODS atuou como ambiente institucional de experimentação controlada, promoção de metodologias colaborativas e desenvolvimento de soluções voltadas ao aperfeiçoamento da prestação jurisdicional e administrativa.

AGIL – Ambiente de Gestão, Inovação e Liderança

No contexto do fortalecimento do ecossistema de inovação, foi estruturado o AGIL – Ambiente de Gestão, Inovação e Liderança, mediante reforma e adequação de espaço físico na Sede do TRE-PB, destinado à instalação da Secretaria de Gestão Estratégica e Modernização (SEGEM) e à realização das atividades do LIODS. A iniciativa alinhou a infraestrutura ao papel estratégico da gestão e da inovação institucional, estruturando ambiente flexível e multiuso, adequado à realização de reuniões colaborativas, oficinas, atividades imersivas e aplicação de metodologias ágeis de gestão.



1ª Mostra de Iniciativas Inovadoras

Como instrumento de estímulo à inovação e disseminação de boas práticas, foi realizada a 1ª Mostra de Iniciativas Inovadoras, com o objetivo de reconhecer práticas implementadas nas unidades e promover a replicabilidade de soluções institucionais alinhadas aos eixos da Estratégia 2025/2032.

As inscrições foram organizadas em cinco Núcleos Regionais (João Pessoa e Litoral; Brejo e Curimataú; Campina Grande e Cariri; Patos e Vale do Piancó; Sousa e Alto Sertão), sendo exigido que as iniciativas estivessem implementadas, apresentassem resultados mensuráveis e estivessem vinculadas a pelo menos um eixo estratégico institucional.

No exercício de 2025, foi realizada a etapa do Núcleo Campina Grande e Cariri, com a premiação das duas iniciativas mais bem classificadas, nos valores de R\$2.000,00 (1º lugar) e R\$1.000,00 (2º lugar). Foram premiadas:



Otimização da Convocação de Mesários no TRE-PB: Utilização e Maximização do Aplicativo MEZAP” (17º ZE) - A iniciativa aprimorou o processo de convocação de mesários mediante uso estratégico do aplicativo MEZAP, proporcionando maior celeridade, redução de retrabalho e otimização de recursos administrativos, com impacto direto na eficiência operacional da preparação do pleito.



“Sistema Inventário do Arquivo Único” (56º ZE) - A iniciativa implementou sistema estruturado para inventário e organização do acervo documental, promovendo maior controle, rastreabilidade e padronização na gestão arquivística, com redução de riscos operacionais e fortalecimento da governança da informação.



Inovação Aplicada – Projeto oriundo da II Maratona de Inovação

No campo da inovação aplicada, destacou-se a implementação de projeto oriundo da II Maratona de Inovação, com foco na desburocratização do procedimento de pagamento de diárias.

A iniciativa eliminou etapas redundantes no Sistema Diárias, considerando que a autorização de deslocamentos já ocorre previamente no SEI pelas autoridades competentes. A medida reduziu duplicidade de registros, minimizou retrabalho, mitigou riscos de inconsistências documentais e contribuiu para a racionalização das demandas administrativas da Diretoria-Geral.

A execução do projeto evidenciou a efetividade das metodologias colaborativas adotadas pelo LIODS como instrumento de aprimoramento da governança, fortalecimento da integridade processual e incremento da eficiência operacional.



META 9 DO PODER JUDICIÁRIO - INOVAÇÃO

O projeto **Todo Voto Importa**, desenvolvido no âmbito da Rede Nordeste de Inovação da Justiça Eleitoral em atendimento à Meta 9 do CNJ, surgiu da identificação de lacunas no atendimento eleitoral a pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade social. Com a participação do TRE-PB e demais Tribunais Regionais Eleitorais integrantes da Rede, a iniciativa foi construída de forma colaborativa, com aplicação de metodologia de Design Thinking na fase de ideação e adoção da metodologia OKR para gestão da execução. O projeto estruturou-se em torno de três objetivos estratégicos: o fortalecimento de parcerias institucionais, a comunicação e sensibilização do público-alvo, e a realização de atendimentos humanizados e itinerantes a pessoas com deficiência, incluindo a testagem de protocolos específicos para pessoas neurodivergentes.

A atuação do TRE-PB no âmbito desse projeto encontrou terreno fértil em iniciativas já em curso na instituição. Desde abril de 2025, a Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral e Direitos Políticos (COGECAD/SCRE) vinha executando o Plano de Ação para Alistamento Eleitoral em Comunidades Vulneráveis, aprovado pela Corregedoria Regional Eleitoral e alinhado ao objetivo estratégico institucional de fortalecimento da cidadania.

O plano identificou como públicos prioritários os povos tradicionais — quilombolas, indígenas e ciganos —, as pessoas com deficiência e as pessoas em situação de rua, propondo soluções estruturadas que incluíam atendimentos itinerantes, parcerias institucionais, campanhas de sensibilização e capacitação de equipes para atendimento humanizado, em plena convergência com os eixos do Todo Voto Importa.

A execução concreta dessas ações teve início ainda no primeiro semestre de 2025, com a participação da COGECAD/SCRE na Semana de Erradicação do Sub-Registro Civil ("Registre-se") e no "Dia D da Empregabilidade".

Nessas ocasiões, o TRE-PB instalou guichês de atendimento eleitoral em locais estratégicos, como o Espaço Cultural José Lins do Rego, o Presídio Sílvio Porto, o Instituto de Psiquiatria Forense e a Fundação Centro Integrado de Apoio à Pessoa com Deficiência, em João Pessoa, além do Centro Educacional do Adolescente e da UFCG em Sousa. Ao todo, foram realizados 276 atendimentos, sendo 249 em João Pessoa e 27 em Sousa, evidenciando o alcance efetivo das ações junto a grupos historicamente marginalizados.

No segundo semestre, a COGECAD/SCRE ampliou sua atuação por meio da participação nos Seminários Estaduais sobre Identificação e Acesso à Documentação Básica para Grupos Prioritários, realizados nos municípios de João Pessoa, Campina Grande e Patos. Nesses encontros, o TRE-PB colaborou na composição das mesas de trabalho, apresentou os serviços on-line disponíveis à população e levantou as necessidades específicas das comunidades vulneráveis presentes, estabelecendo contato direto com lideranças comunitárias e identificando oportunidades para capacitação de multiplicadores — ação diretamente alinhada ao eixo de articulação institucional do Todo Voto Importa.

A partir dessas articulações, a COGECAD/SCRE promoveu capacitações presenciais de representantes de comunidades e associações para atuarem como multiplicadores dos serviços on-line da Justiça Eleitoral, com destaque para a sessão realizada em 02/10/2025 em João Pessoa, com duração de quatro horas.

O material de treinamento foi posteriormente encaminhado às Zonas Eleitorais de Campina Grande e Patos para replicação local junto aos representantes comunitários que já haviam demonstrado interesse prévio. Tais iniciativas concretizaram, no plano regional, a lógica de multiplicação de cidadania preconizada pelo projeto, buscando ampliar o acesso aos serviços eleitorais, combater a exclusão digital e reduzir o deslocamento oneroso do eleitorado mais vulnerável.

Ao final do ciclo, o projeto Todo Voto Importa foi avaliado coletivamente durante o III Encontro da Rede Nordeste de Inovação da Justiça Eleitoral, onde foram reconhecidos seu impacto social, a articulação entre os regionais e a adequação metodológica, bem como identificadas fragilidades relacionadas à padronização e à governança. Com base nesses aprendizados, o grupo — do qual o TRE-PB faz parte — deliberou pela proposição às altas administrações da adoção conjunta do projeto como procedimento padrão nos tribunais, com parâmetros mínimos comuns e respeito às especificidades de cada Regional.

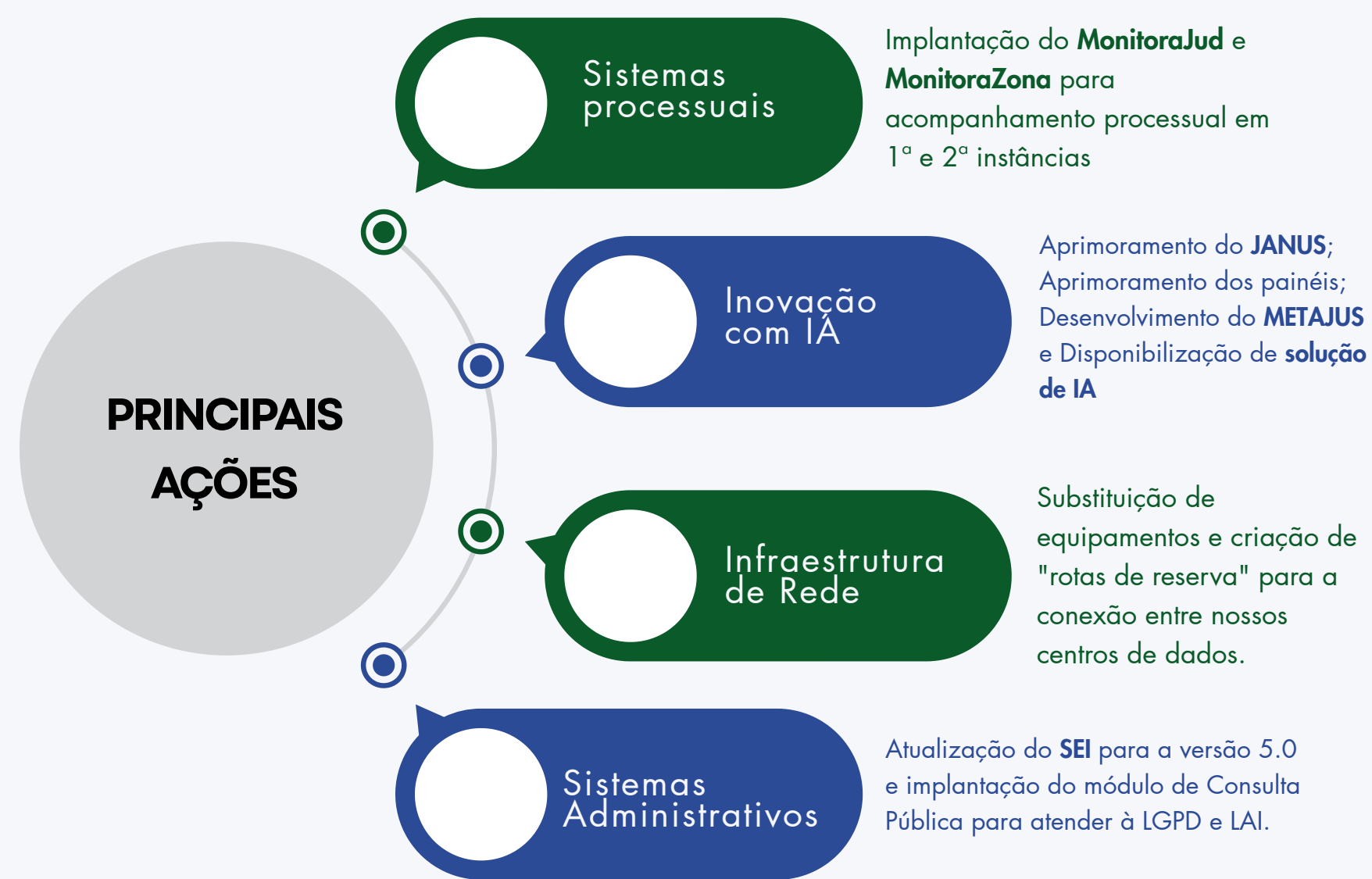
O Todo Voto Importa consolidou-se, assim, como o primeiro projeto inter-regional da Rede estruturado integralmente com metodologia de inovação e gestão por resultados, e as ações desenvolvidas pelo TRE-PB na Paraíba, por meio da COGECAD/SCRE, constituíram expressão concreta desse compromisso institucional com a inclusão eleitoral e o fortalecimento da democracia.



2.5 RESULTADOS DAS PRINCIPAIS ÁREAS DE ATUAÇÃO

2.5.1 Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação

A governança de ativos foi fortalecida com o desenvolvimento do Painel de Business Intelligence (BI), permitindo a visualização consolidada do parque tecnológico e apoiando a tomada de decisão. Além disso, a implementação de janelas periódicas de manutenção aumentou a previsibilidade e estabilidade dos serviços.



Segurança Cibernética

As ações em 2025 focaram na proteção do perímetro e das aplicações:

- Implantação do Portal do Servidor para proteção de aplicações WEB;
- Adoção de ferramentas de análise estática e dinâmica para segurança das aplicações;
- Instalação de equipamentos em todas as zonas eleitorais para maior controle do tráfego entre a sede e unidades remotas;
- Capacitação técnica da equipe.

Segurança da Informação

Em 2025, aconteceram 4 (quatro) Campanhas sobre Segurança da Informação, com 97,05% da força de trabalho capacitada. Assim, conseguimos manter um alto nível de conscientização e capacitação em segurança da informação na Justiça Eleitoral da Paraíba. Merece destaque a implementação da Campanha Inicial de Conscientização em Segurança da Informação do TRE-PB, que foi atribuída para cada novo usuário da rede interna deste Tribunal. Desta forma, garantimos a oportunidade inicial de preparação dos recém ingressos na Justiça Eleitoral da Paraíba quanto aos cuidados em prol da segurança das informações institucionais.

A Política de Segurança da Informação foi complementada com a atualização da norma referente ao uso de recursos de tecnologia da informação e comunicação, além do estabelecimento de Procedimentos de Segurança da Informação com regras para a concessão e revogação de autorizações em diversos serviços.

2.5.2 Gestão de Pessoas

Conformidade Legal

Para assegurar a conformidade com a Lei n.º 8.112/1990 e com as demais normas aplicáveis à Gestão de Pessoas, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba observa rigorosamente os regulamentos e diretrizes emanados do Tribunal Superior Eleitoral e do Conselho Nacional de Justiça.

Adicionalmente, acompanha de forma sistemática a jurisprudência do Tribunal de Contas da União e do Supremo Tribunal Federal nas matérias de pessoal que possam impactar o seu quadro de servidores, garantindo segurança jurídica, uniformidade de entendimentos e alinhamento às orientações dos órgãos de controle.

Estatísticas de Pessoal, cargos, funções, despesas

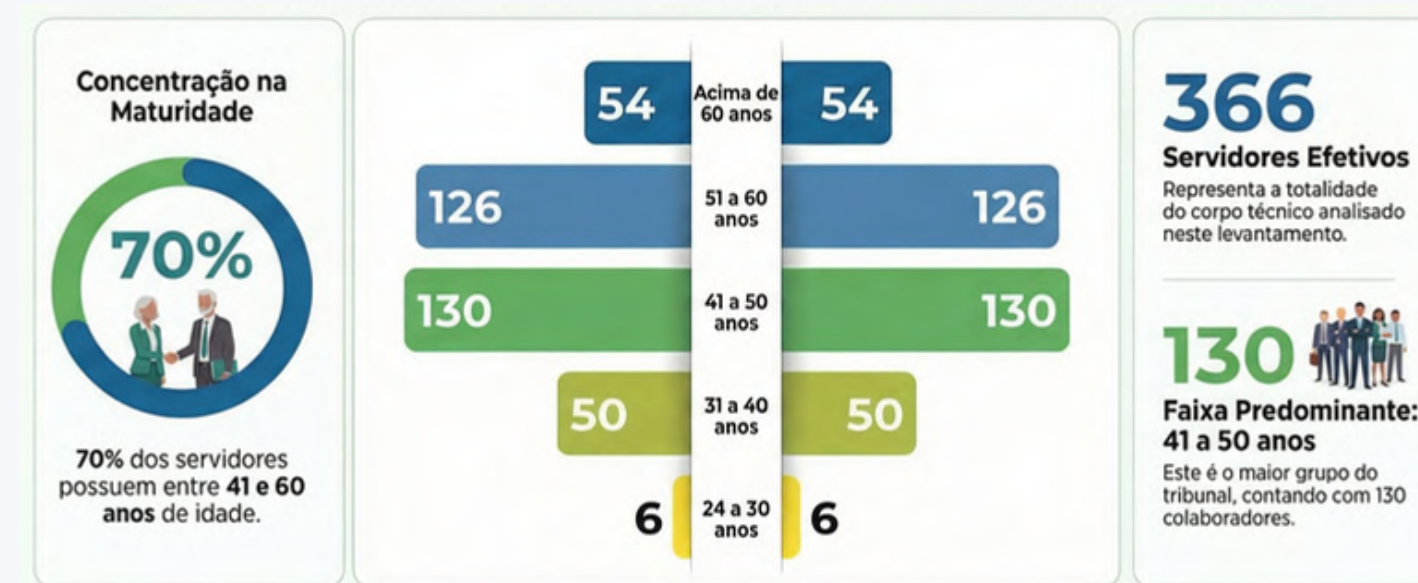
Servidores Efetivos Lotados no TRE-PB por Gênero



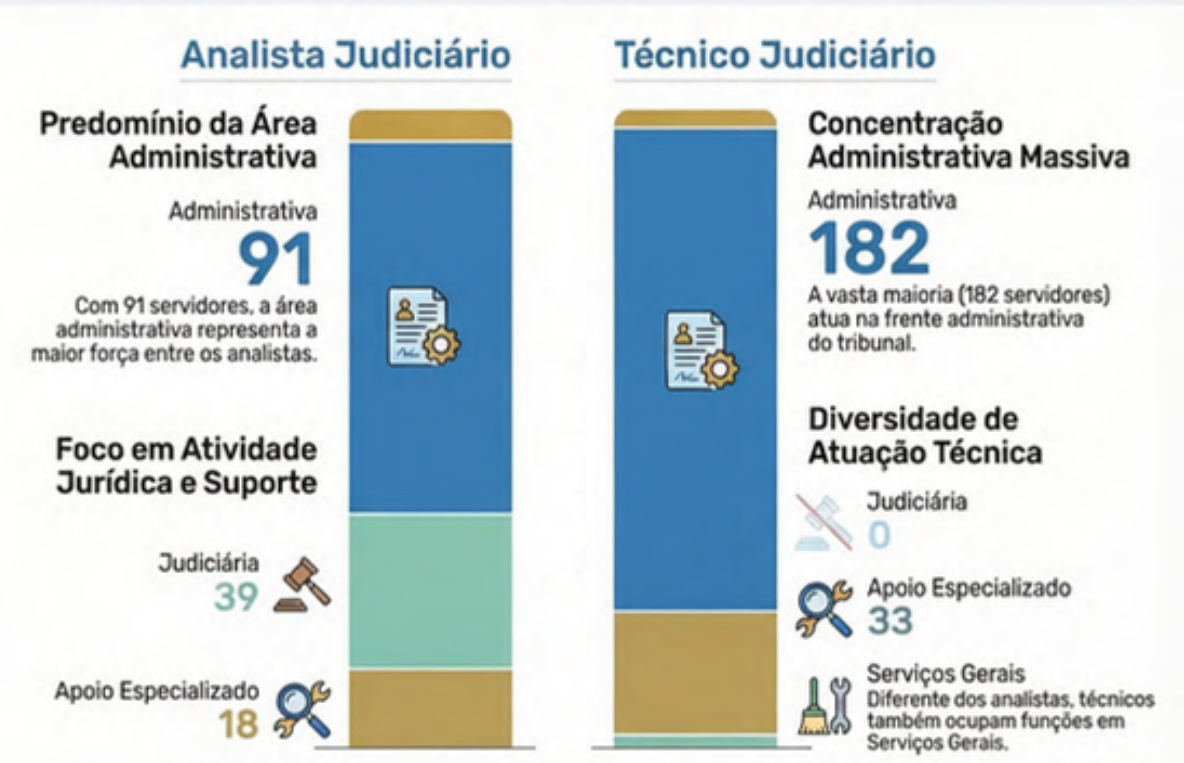
Servidores Efetivos Lotados no TRE-PB por Etnia



Servidores Efetivos Lotados no TRE-PB por Faixa Etária



Servidores Efetivos Lotados no TRE-PB por Atividade

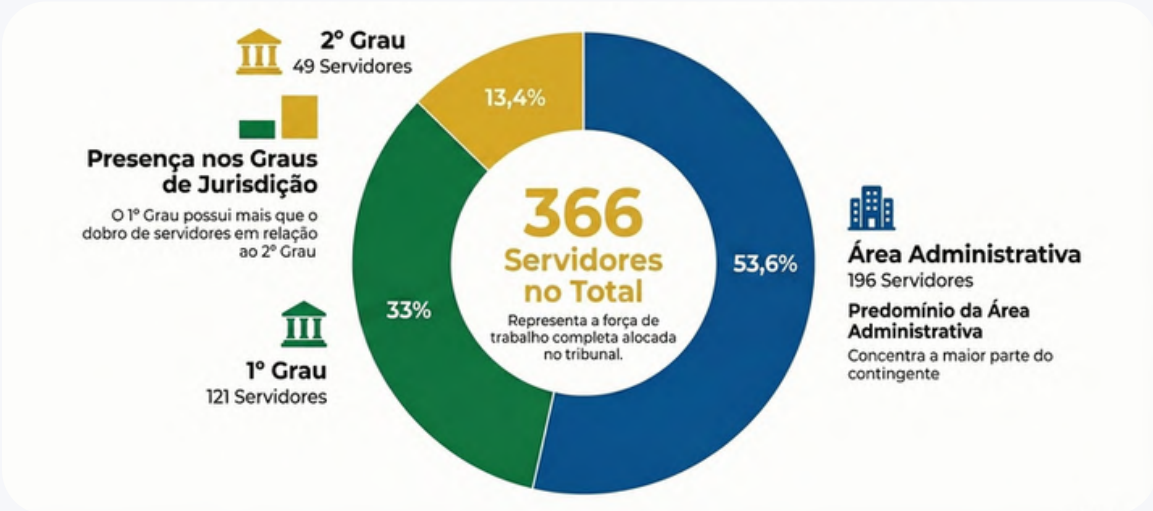


Servidores Efetivos ocupantes de Cargos e Funções Comissionadas por Gênero



CARGO NA CARREIRA	MAGISTRADOS [A]	QUANTIDADE		
		OCUPADOS	VAGOS	TOTAL
Desembargador	Membros Titulares TRE	2	-	2
	Membros Substitutos TRE	2	-	2
	Juiz Auxiliar (Presidência e Corregedoria)	2	-	2
Juiz Federal	Membros Titulares TRE	1	-	1
	Membros Substitutos TRE	1	-	1
Juiz de Direito	Membros Titulares TRE	2	-	2
	Membros Substitutos TRE	1	1	2
	Juiz Eleitoral Titular	59	-	59
	Juiz Eleitoral Substituto	9	-	9
Advogado	Membros Titulares TRE	2	-	2
	Membros Substitutos TRE	-	2	2
Procurador da República	Procurador Regional Eleitoral	1	-	1
	Procurador Regional Eleitoral Substituto	1	-	1
Promotor Público	Promotor Eleitoral	67	-	67
	Promotor Eleitoral Substituto	1	-	1

Servidores Efetivos por Grau de Jurisdição



Despesa de Pessoal

Gastos Totais

Grupo	Total Gasto em 2023 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2024 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2025 (Valores em R\$)
Servidores Ativos	103.436.029,60	118.702.795,72	118.338.272,50
Obrigação Patronal	19.827.957,96	21.284.659,51	21.758.833,15
Servidores Inativos	17.143.830,33	18.305.697,49	20.008.515,07
Pensionistas Civis	7.710.992,11	7.494.537,26	7.530.637,92
TOTAL	148.118.810,00	165.787.689,98	167.636.258,64

Gastos por Tipo de Remuneração

Tipo de Remuneração	Total Gasto em 2023 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2024 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2025 (Valores em R\$)
Vantagens Fixas	30.539.363,70	34.012.172,07	33.434.716,75
Gratificações Fixas	39.561.779,72	41.998.532,87	43.823.184,84
Gratificações Natalinas	7.190.803,01	7.611.089,55	7.814.692,97
Adicionais	17.354.062,65	18.229.795,66	19.602.533,38
Abonos	1.231.782,07	1.636.656,55	1.838.149,83
Benefícios (Exceto Plano Saúde)	7.211.915,84	8.660.013,55	10.299.308,19
Indenizações	158.281,78	172.984,47	138.831,30
Serviço Extraordinário	188.040,83	6.381.551,00	1.386.855,24
Obrigação Patronal	19.827.957,96	21.284.659,51	21.758.833,15
TOTAL	123.263.987,56	139.987.455,23	140.097.105,65

Despesa de Pessoal

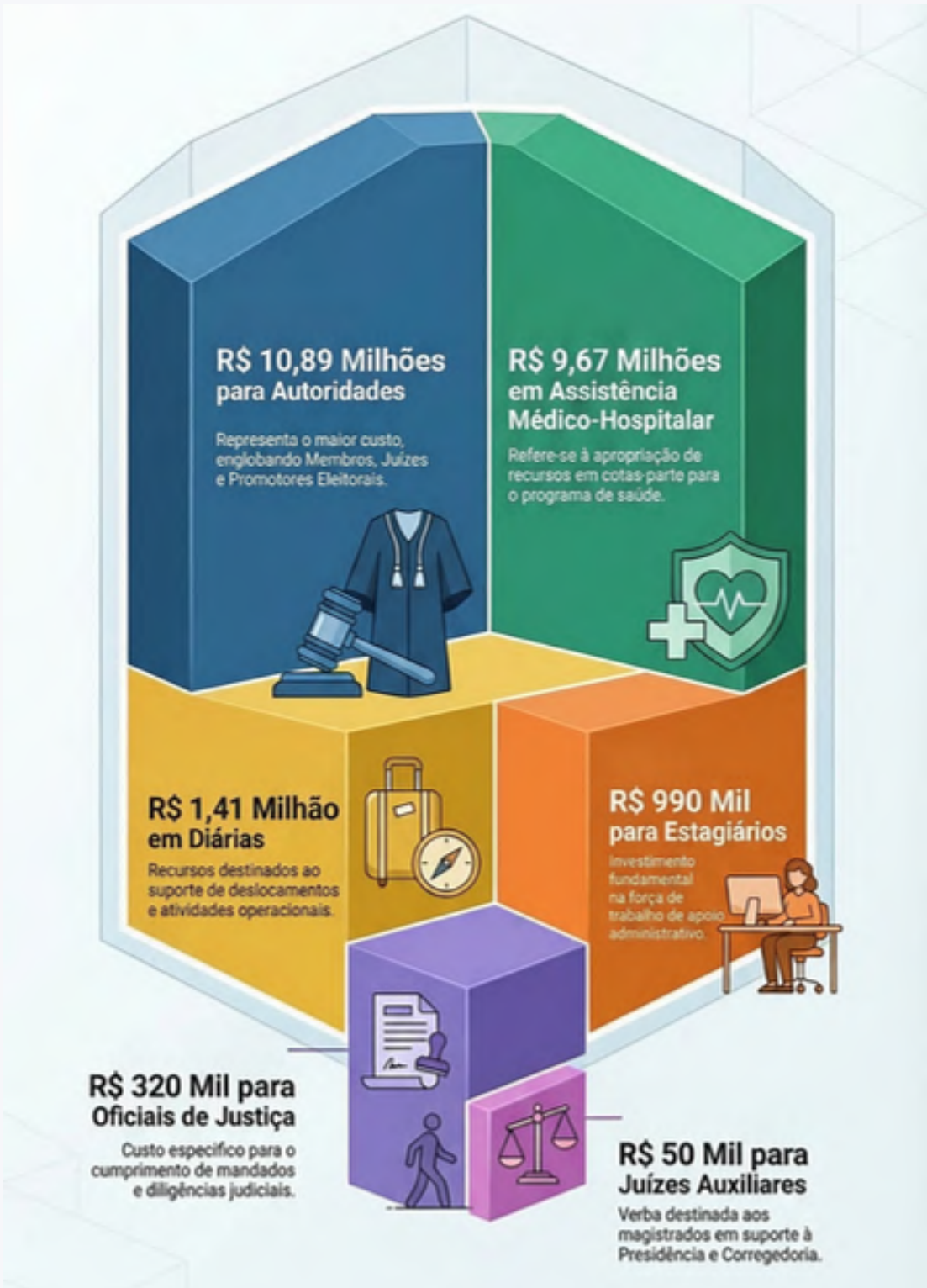
Servidores Inativos

Tipo de Remuneração	Total Gasto em 2023 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2024 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2025 (Valores em R\$)
Vantagens Fixas	14.605.625,65	16.614.992,78	18.051.874,20
Benefício Especial	0	180.603,64	258.696,46
Gratificações Natalinas	1.217.040,20	1.396.996,18	1.531.814,28
Indenizações	238.116,36	113.104,89	166.130,13
TOTAL	17.143.830,33	18.305.697,49	20.008.515,07

Pensionistas Civis

Tipo de Remuneração	Total Gasto em 2023 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2024 (Valores em R\$)	Total Gasto em 2025 (Valores em R\$)
Vantagens Fixas	6.881.269,69	6.895.786,59	6.921.296,76
Benefício Especial	16.841,76	21.634,14	25.344,67
Gratificações Natalinas	564.017,65	577.116,53	583.996,49
TOTAL	7.462.129,10	7.494.537,26	7.530.637,92

Números



Principais resultados alcançados em Gestão de Pessoas e Qualidade de Vida

Redimensionamento da Força de Trabalho

Implantação do projeto de redimensionamento institucional da força de trabalho. A iniciativa fundamenta-se na revisão dos processos de trabalho para o posterior realinhamento das estruturas organizacionais. O objetivo final é a gestão estratégica da força de trabalho, permitindo a alocação dos servidores de acordo com seu desempenho, perfil profissional e as competências exigidas por cada unidade, além das informações extraídas do DFT - Dimensionamento da Força de Trabalho, otimizando a capacidade de entrega do Tribunal.

Gestão de Desempenho

Concepção do modelo de Avaliação de Desempenho focada em resultados-chave (OKRs) e alinhada ao planejamento estratégico. Concebida e iniciada em 2025, com implantação prevista para 2026, a iniciativa visa conectar a produtividade individual aos objetivos institucionais, otimizando a entrega de resultados e a eficiência do Tribunal. A Portaria nº 378/2025 instituiu a avaliação de desempenho individual.

Avaliação de Desempenho em Estágio Probatório

Evolução do modelo avaliativo que, além do cumprimento dos requisitos legais, passa a exigir o estabelecimento e o alcance de metas de desempenho específicas para cada ciclo.

Normativo de Política de Lotação e Movimentação de Servidores

Elaborada em 2025 e publicada no início de 2026 através da Instrução Normativa nº 01/2026, a política estabelece critérios, procedimentos e responsabilidades para a lotação e movimentação interna dos(as) servidores(as) do Tribunal. Visa conferir maior transparência e critérios técnicos às movimentações internas, assegurando a força de trabalho necessária, alinhando o interesse público ao bem estar do servidor.

A política tem como princípio que o deferimento da lotação aconteça sempre no interesse da Administração, observados, sempre que possível, os conhecimentos, as habilidades e a área de formação dos servidores, priorizando a recomposição da força de trabalho em unidades organizacionais com déficit, conforme tabela atualizada periodicamente, sob responsabilidade da Secretaria de Gestão de Pessoas (SGP).

Gestão das Competências

Desenvolvimento de Plano de Ação referente ao Novo Modelo de Gestão das Competências como instrumento estruturante da política de gestão de pessoas do Tribunal. O Projeto Estratégico "Sistema de Gestão por Competências" integra o novo Planejamento Estratégico do TRE/PB e está sendo executado no âmbito da Estratégia 2025-2032. Seu objetivo é buscar o alinhamento das competências institucionais, gerenciais e técnicas às estratégias organizacionais, promovendo maior coerência entre planejamento e capacitação, desenvolvimento de pessoas e resultados institucionais.

Ambientação de Novos Servidores

Os(As) servidores(as) nomeados para cargos efetivos no âmbito do TRE-PB deverão obrigatoriamente participar do Programa de Ambientação e Socialização, elaborado com o objetivo de promover o acolhimento, integrar à cultura organizacional e fornecer conhecimentos essenciais para o desempenho de suas atribuições.

Em 2025, houve a realização de programa de ambientação para 8 novos servidores (5 Técnicos e 3 Analistas), assegurando a rápida adaptação institucional e o suporte técnico necessário para o desempenho de suas funções nas Zonas Eleitorais.

Política de Mobilidade (Concurso de Remoção Interna)

Os concursos de remoção permitem que servidores veteranos das Zonas Eleitorais ocupem vagas criadas na capital e zonas mais próximas, gerando uma movimentação em cascata entre as cidades. Esse fluxo de mobilidade interna assegura que as novas oportunidades na sede sejam preenchidas pelos mais antigos antes da entrada de novos concursados. Em 2025, foram realizados 4 concursos de remoção interna.

Qualidade de Vida no Trabalho

Desenvolvimento de ações preventivas, educativas, culturais, de promoção da saúde e da qualidade de vida e saúde, em que foram realizadas 30 ações institucionais, alcançando um total de 1.314 participantes. As ações envolveram servidores, dependentes, terceirizados, estagiários, magistrados e interessados, contribuindo para a melhoria do ambiente organizacional e para o fortalecimento da cultura institucional de cuidado com as pessoas. Projetos realizados: Mexa-se, Cuide-se, Valorização da Vida, Viva Saudável, Compartilhar, Construindo Sorrisos, Ciclo de Educação em Saúde e Informativos em Saúde.

Programa VALORIZE-SE

Implantação do Programa VALORIZE-SE, que consiste no Intercâmbio de servidores e juízes das Zonas Eleitorais, com visita a Tribunais Eleitorais de outros Estados brasileiros para troca de experiências e enriquecimento institucional, como forma de valorização e reconhecimento dos servidores do 1º grau de jurisdição.

Espaços de Convivência

Implantação e dinamização de Espaços de Convivência voltados à integração, ao bem-estar e à qualidade de vida do corpo funcional do TRE-PB, no Fórum Eleitoral de Campina Grande e na Secretaria do TRE-PB.



Convênio com o Governo do Estado da Paraíba

Parceria no Programa "Primeira Chance" para estágio de estudantes da rede pública do Estado, buscando proporcionar ambiente de aprendizado para estudantes de diferentes áreas de escolas técnicas de ensino médio do Estado.

Gestão ambientalmente responsável dos resíduos de saúde

A contratação dos serviços de coleta, transporte, tratamento específico para cada resíduo de saúde, incineração térmica e destinação final das cinzas dos resíduos de saúde segue os critérios de sustentabilidade, em conformidade com a Resolução CNJ nº 400/2021.



Alinhada às diretrizes de modernização da gestão pública e governança digital, a Gestão de Pessoas do TRE-PB tem buscado impulsionar iniciativas estratégicas de informatização voltadas à otimização de processos de trabalho, redução de custos operacionais, desburocratização do atendimento ao público e conformidade legal. Destacam-se as seguintes frentes de atuação:

Simplificação do Recadastramento de Inativos e Pensionistas

Iniciativa para implementação da prova de vida digital mediante integração com a plataforma GOV.BR, permitindo que aposentados e pensionistas realizem o recadastramento obrigatório de forma remota, sem necessidade de comparecimento presencial. A medida representa ganho significativo em acessibilidade, especialmente para beneficiários com mobilidade reduzida ou residentes em localidades distantes, além de racionalizar a utilização da força de trabalho envolvida.

Modernização da Gestão de Consignações

Projeto de implantação da plataforma "eConsig", sistema informatizado para gestão automatizada de margem consignável, simulação de empréstimos consignados e controle de consignatárias. A solução visa reduzir atividades operacionais repetitivas, conferindo maior transparência, segurança jurídica e autonomia aos servidores na gestão de seus consignados, além de mitigar riscos de fraudes e inconsistências cadastrais.

Sistema de Gestão de Substituições de Função Comissionada e Cargos em Comissão

Desenvolvimento de solução tecnológica para automatizar e conferir maior transparência ao processo de substituição de ocupantes de Funções Comissionadas e Cargos em Comissão, permitindo controle tempestivo dos afastamentos legais, identificação automatizada de substitutos aptos conforme critérios regimentais e geração de atos administrativos padronizados, reduzindo o risco de descontinuidade dos serviços e conferindo maior celeridade aos trâmites administrativos.

Adequação ao "eSocial"

Esforço institucional contínuo e sistemático para adequação plena dos sistemas de folha de pagamento e gestão de pessoas às exigências do Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas (eSocial). A iniciativa envolve parametrizações complexas, validação de dados cadastrais históricos, envio tempestivo de eventos ao Governo Federal e tratamento de inconsistências identificadas, assegurando a integridade dos dados previdenciários e trabalhistas dos servidores, bem como a conformidade legal das informações prestadas à Receita Federal do Brasil.

Essas iniciativas revelam o esforço institucional com a busca pela modernização administrativa, alinhando o TRE-PB às melhores práticas de gestão pública digital.



2.5.3 Gestão de Custos

A sistemática de apuração de custos na Justiça Eleitoral, regulamentada por meio da Resolução nº 23.504, de 19 de dezembro de 2016, foi elaborada com a finalidade de atender aos dispositivos legais que determinam à Administração Pública a manutenção de sistemática de custos que permita a avaliação e o acompanhamento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial do órgão.

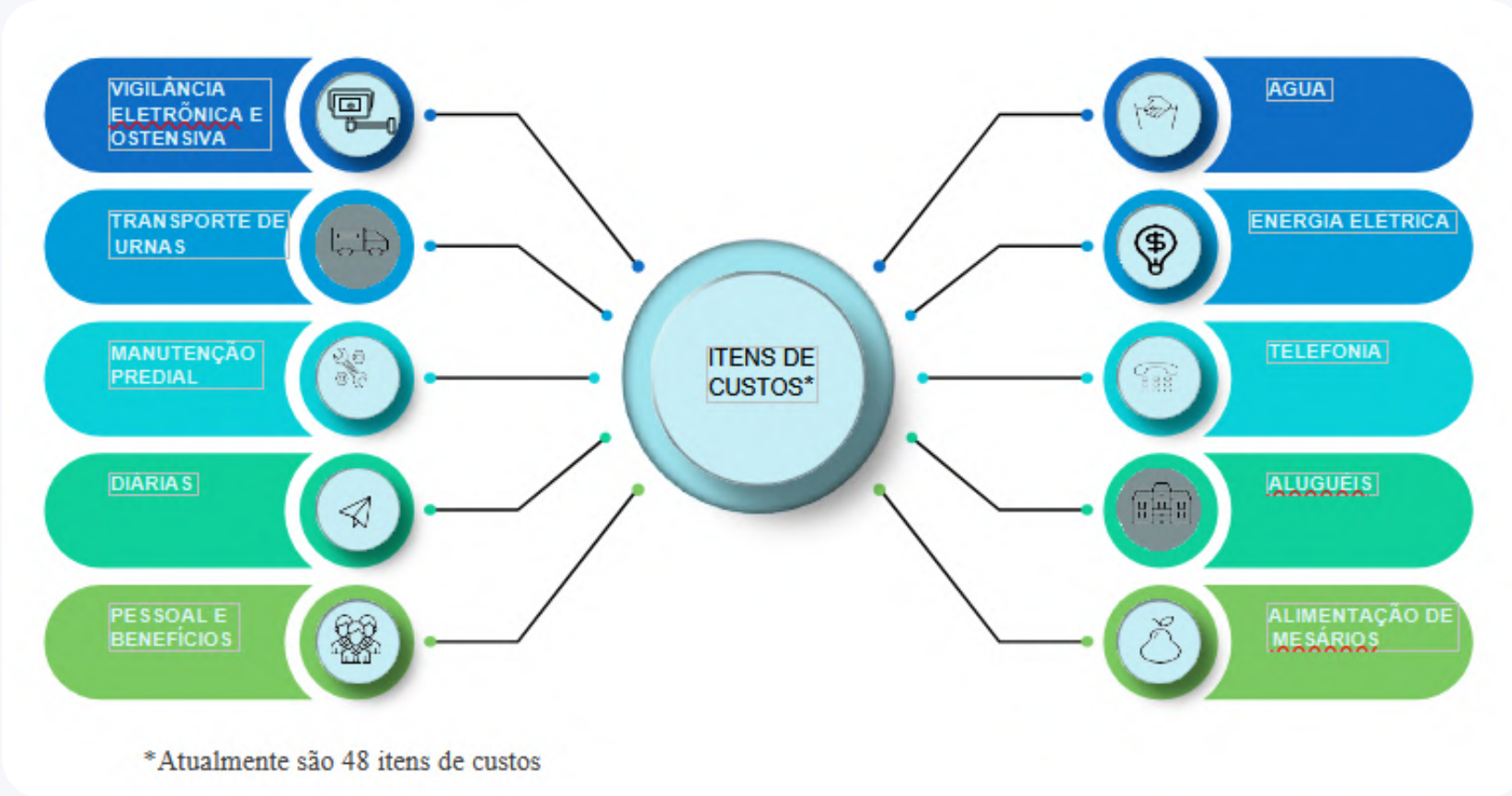
Neste sentido, foi desenvolvida uma sistemática de custos própria, que tem como base o imóvel como centro de custos. A adoção da metodologia tem como objetivo adequar-se às características peculiares desta Justiça Especializada de estar presente em 2.254 municípios e de possuir mais de 2.700 imóveis em utilização. Optou-se por uma sistemática que permita a comparação dos custos entre as diversas regiões do país - de forma a proporcionar maior representatividade, divisibilidade e comparabilidade - que evidencie os resultados da gestão e que sirva de apoio à tomada de decisões, na busca por eficiência e melhor qualidade dos gastos.

Para viabilizar a apuração de custos da Justiça Eleitoral, foi desenvolvido o Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos (SIGEC), no qual são fornecidas as informações de custos obtidas diretamente de sistemas estruturantes da Justiça Eleitoral e, complementarmente, de captação de dados dos Tribunais Eleitorais. Tanto a integração com os sistemas estruturantes quanto essa captação são geridas pela Secretaria de Planejamento, Orçamento, Finanças e Contabilidade do Tribunal Superior Eleitoral (SOF/TSE), no papel de setorial de custos da Justiça Eleitoral. O fluxo do processo da apuração de custos ocorre da seguinte maneira:

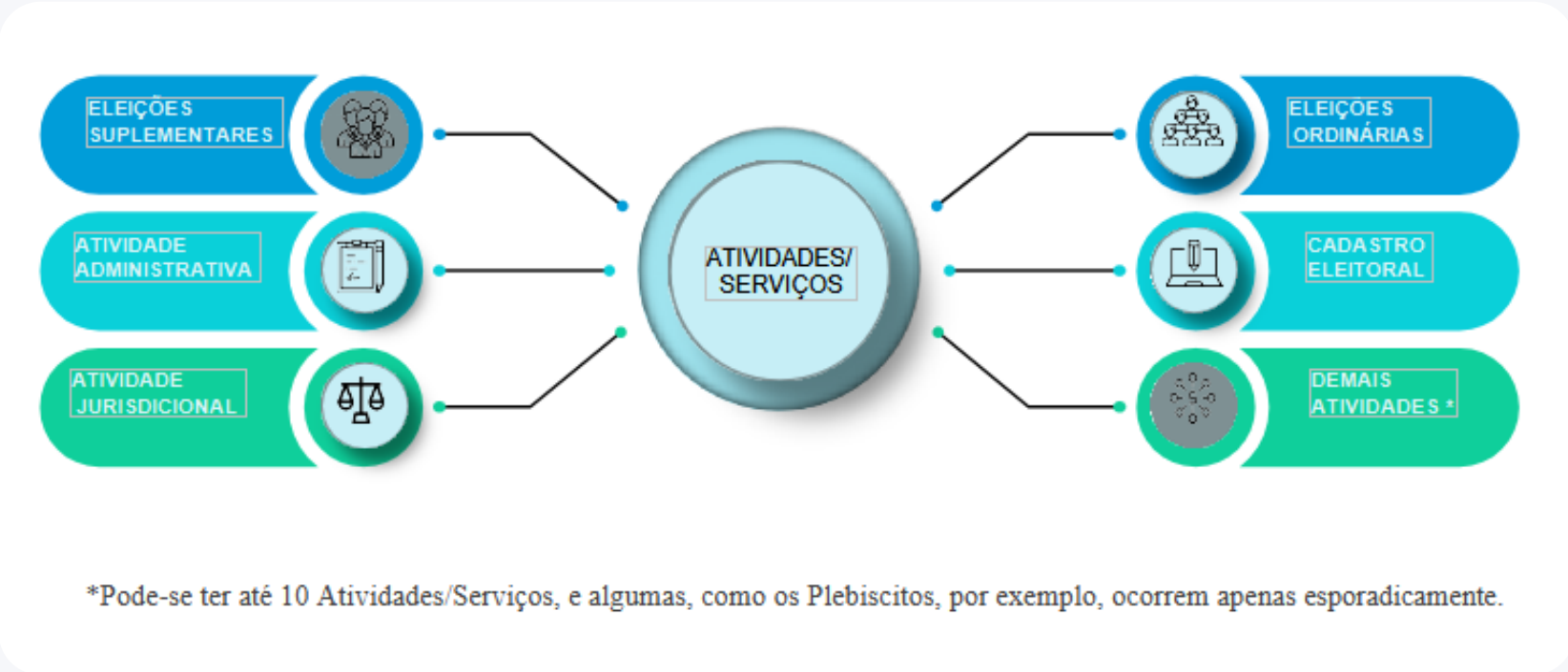


Na metodologia construída pela Justiça Eleitoral para apuração dos custos, existem dois eixos de informações. São eles: Itens de Custos e Atividades/Serviços.

No eixo Itens de Custos, procura-se responder à questão “com o quê?”, e é apresentada a destinação dos recursos utilizados na Justiça Eleitoral.



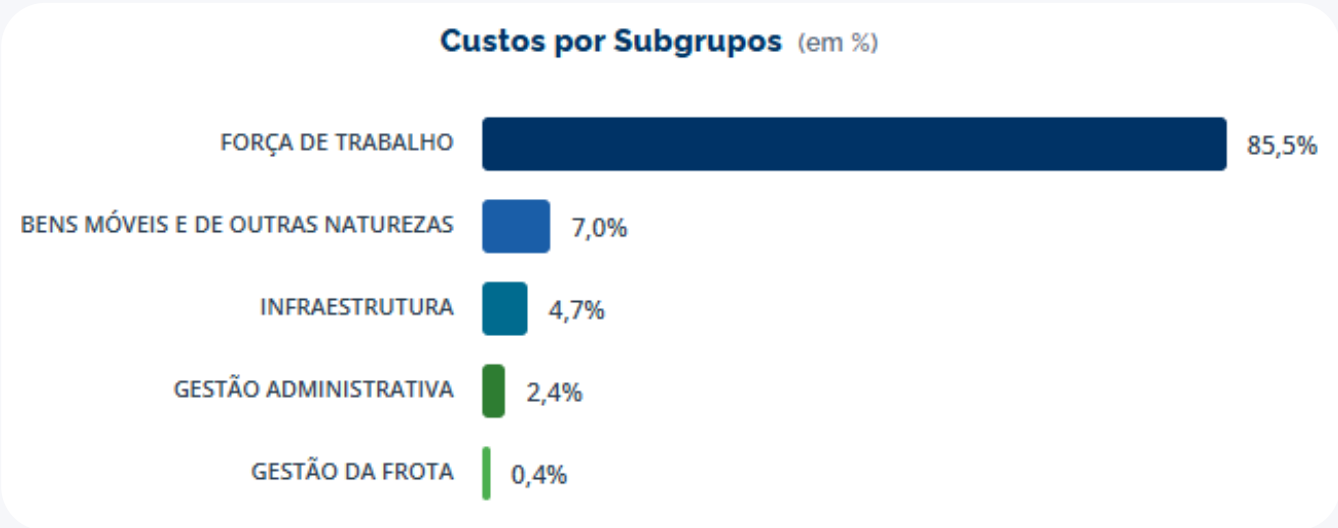
No eixo das Atividades/Serviços, procura-se responder à questão “para quê?”, e é apresentado o que a Justiça Eleitoral devolve à sociedade mediante os recursos utilizados:



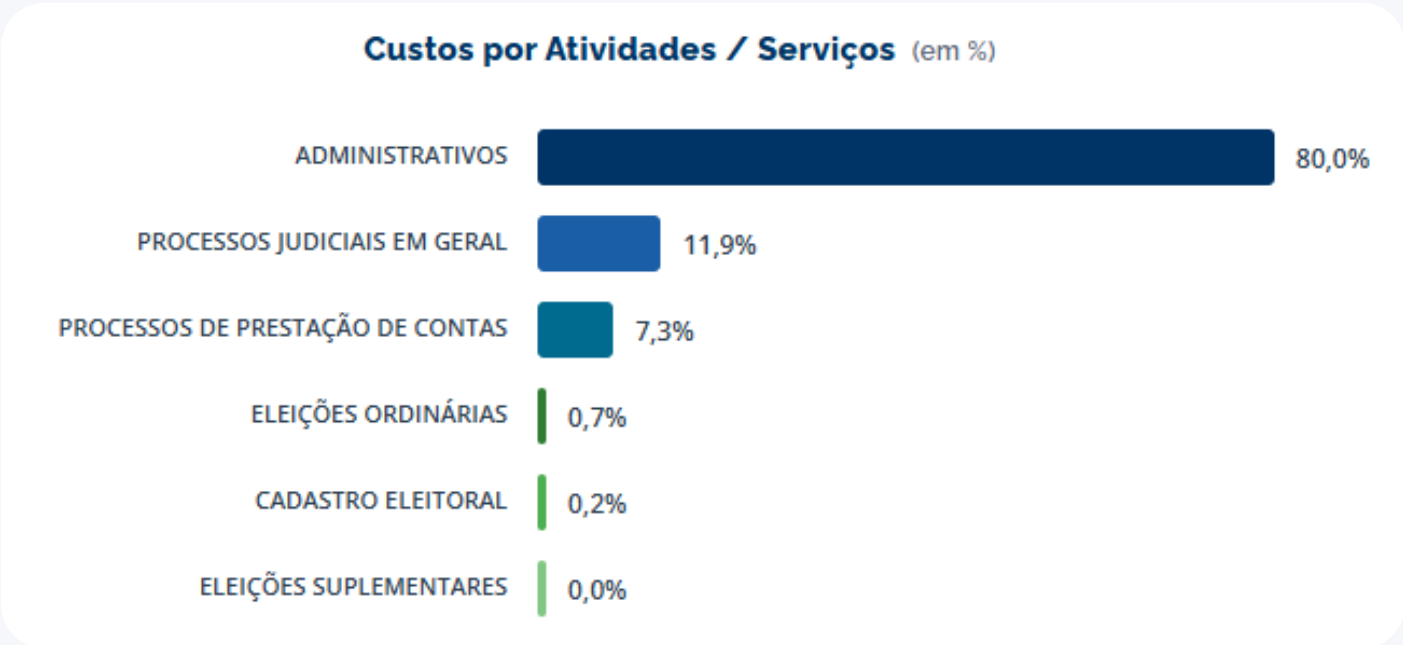
Relativamente aos custos apurados do Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba no exercício de 2025, que totalizaram R\$ 193,6 milhões, os 10 maiores itens de custo são os demonstrados no gráfico a seguir:



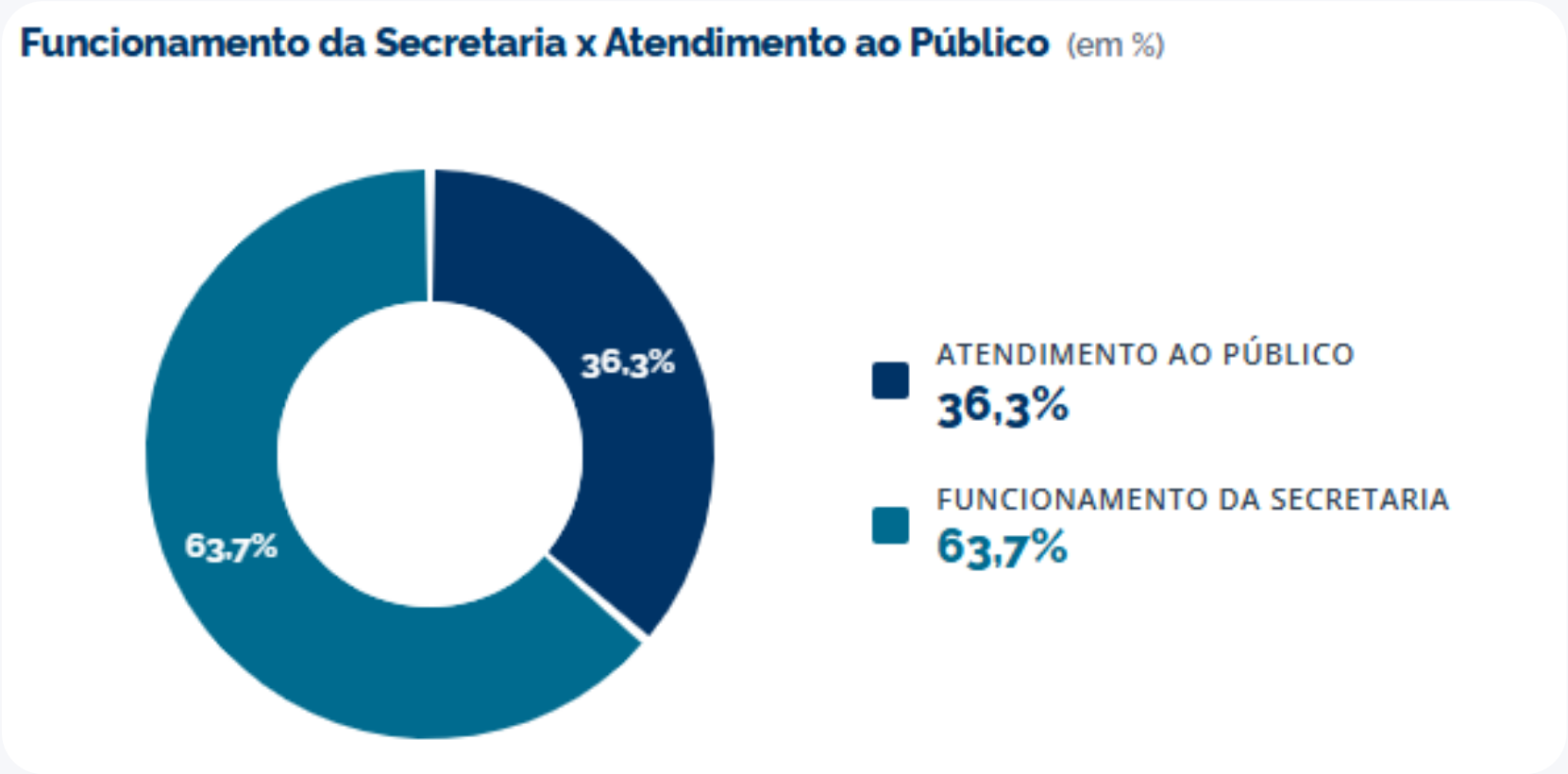
Agrupando-se os itens de custos em grandes temas, internamente chamados de subgrupos, temos a seguinte distribuição:



Os dados das atividades/serviços estão representados no gráfico a seguir:



Quanto à distribuição dos custos entre o Atendimento ao Público e o Funcionamento da Secretaria, tem-se o gráfico seguinte:

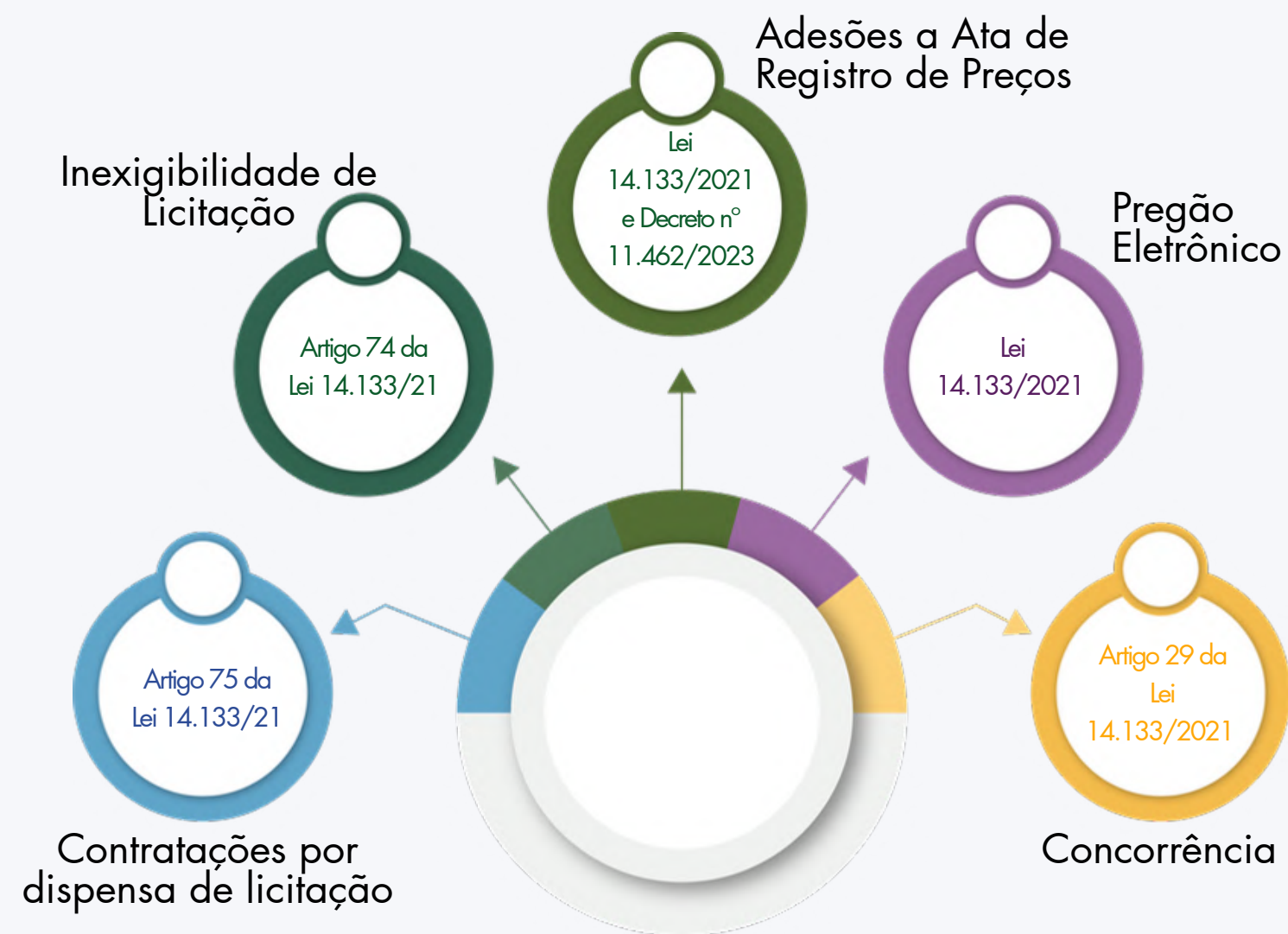


Salienta-se que o relatório de custos, no âmbito da Justiça Eleitoral, é fruto da captação de custos realizada através do SIGEC - Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos da Justiça Eleitoral.

Por fim, cumpre ressaltar que essas informações de custos estão em constante aprimoramento e amadurecimento, com a incorporação de novas técnicas e ferramentas, na busca por contribuir efetivamente para tornar os processos decisórios mais objetivos, coesos e transparentes, não apenas aos órgãos de controle, mas também aos gestores e ao público em geral.

2.5.4 Gestão de Licitações e Contratos

As licitações e contratos foram regidos pela Portaria nº84/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE, Portaria nº300/2023 TRE-PB/PTRE/ASPRE, Instrução Normativa TRE-PB nº 1/2018 e a Lei nº 14.133/2021, sendo que os principais mecanismos de controle e prevenção de irregularidades ou falhas utilizados correspondem à confecção de estudos preliminares capazes de identificar as diversas nuances da nova contratação, cujo modelo já vem sendo implementado, além da efetiva realização da gestão de risco, bem como a nomeação de gestores e fiscais de contrato com capacitação para gerenciar e fiscalizar a execução dos mesmos.



DETALHAMENTO DOS GASTOS DAS CONTRATAÇÕES POR FINALIDADE E ESPECIFICAÇÃO DOS TIPOS DE SERVIÇOS CONTRATADOS PARA O FUNCIONAMENTO ADMINISTRATIVO:

No exercício 2025, foram realizadas 106 contratações, conforme se verifica nas planilhas de acompanhamento, totalizando o valor contratado R\$ 59.316.517,52.

PACONT 2025	SAD	Total Previstas Inicialmente	87	249 contratações (DEZ/2025)	Contratações Iniciadas	184	73,90%
		Total Inseridas em 2025	96				
		Total no PACONT SAD (dez/2025)	183				
	STIC	Total Previstas Inicialmente	40		Não Iniciadas	65	26,10%
		Total Inseridas em 2025	26				
		Total no PACONT STIC (dez/2025)	66				

Cumpre-se esclarecer que, nos termos da Resolução CNJ nº Resolução nº 347/2020 do CNJ, o plano de contratações anual é definido até o mês de outubro do exercício anterior. Ocorreu, no entanto, que, diante das ações de revisão do planejamento realizadas no exercício 2025, das 127 contratações que foram definidas no final de 2024, outras 122 contratações foram propostas durante o ano de 2025.

Em tal cenário de redirecionamento de recursos, 65 contratações previstas não foram sequer iniciadas e, dentre as que foram iniciadas, 53 foram canceladas. Diante das circunstâncias acima apresentadas, como forma de melhor de aferir o esforço empreendido, para efeito da avaliação do cumprimento de Plano de Contratações Anual – 2025 foram consideradas a quantidade das 184 contratações iniciadas e, destas, obtivemos:

PACONT 2025	Contratações Iniciadas	184	Concluídas	106	57,61%
			Em Andamento	25	13,59%
			Canceladas	53	28,80%

Destas contratações:

Tipo	Quantidade	Valor Contratado (R\$)	%	
Originadas de Licitação	48	57.078.864,40	96,2	Pregão Eletrônico Concorrência Ata Registro de Preços
Dispensa de Licitação	45	1.216.595,25	2,1	Dispensa
Inexigibilidade de Licitação	13	1.021.057,87	1,7	Inexigibilidade

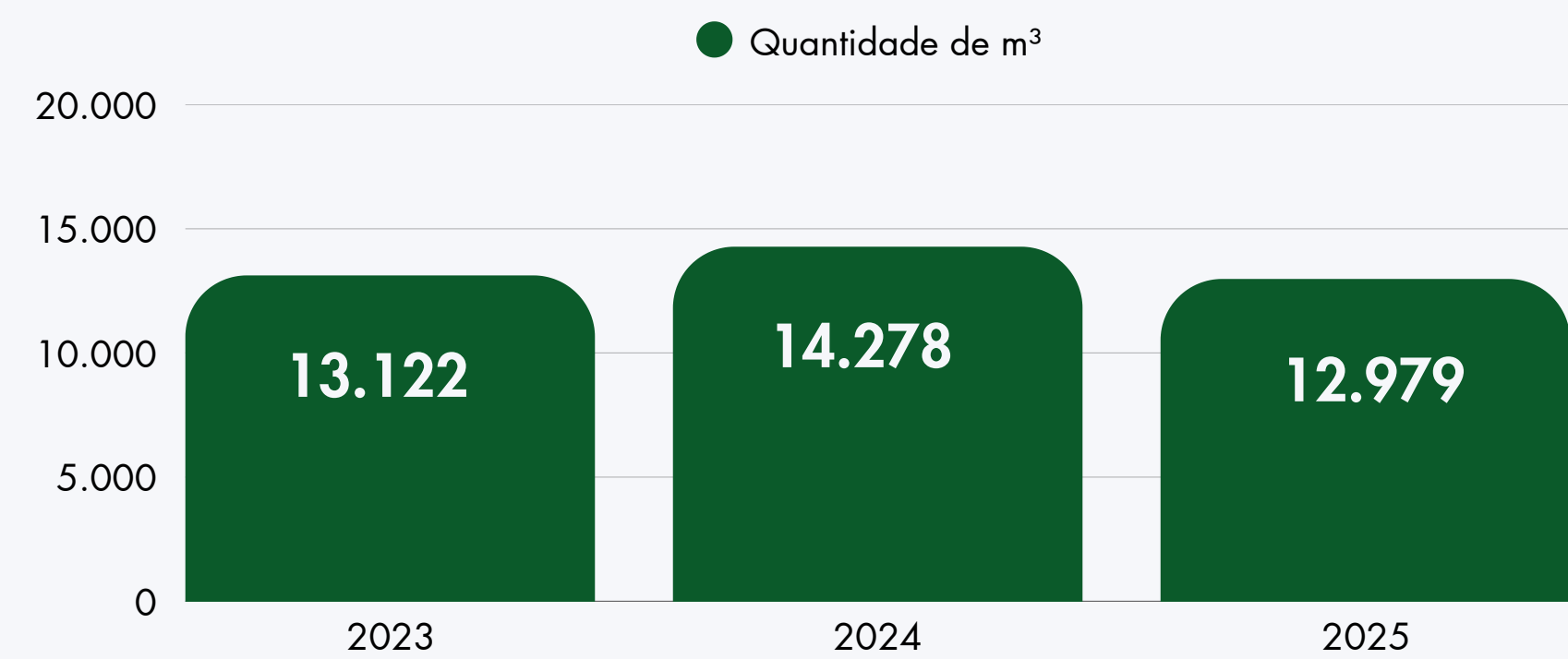
As contratações mais vultuosas que foram realizadas:

Contratos, aditivos e apostilamentos	Objeto	Valor Global
Contrato nº 01/2025	serviços contínuos de vigilância armada e desarmada, com a disponibilização de mão de obra para atendimento a 19 (DEZENOVE) Postos de Serviço, para os Prédios da Justiça Eleitoral abrangendo o município de João Pessoa.	R\$5.829.558,84
Contrato 17/2025	Fornecimento de enlaces de transmissão de dados dedicados (MPLS) e equipamentos de uso continuado, serviços de instalação, configuração, manutenção, gerenciamento proativo e monitoramento para interligação de unidades do TRE-PB distribuídas por todo o Estado da Paraíba e o fornecimento de enlaces de internet banda larga de uso esporádico e temporário para conexão de pontos remotos com a rede da Justiça Eleitoral.	R\$3.052.261,40
Contrato nº 62/2025	Contratação de empresa especializada para executar a obra de construção da usina de geração fotovoltaica no prédio do Anexo I	R\$1.202.469,84
Contrato nº 59/2025	Prestação de serviços de fornecimento de renovação dos licenciamentos de software, da garantia de equipamentos de TIC e do suporte técnico especializado.	R\$1.049.552,00

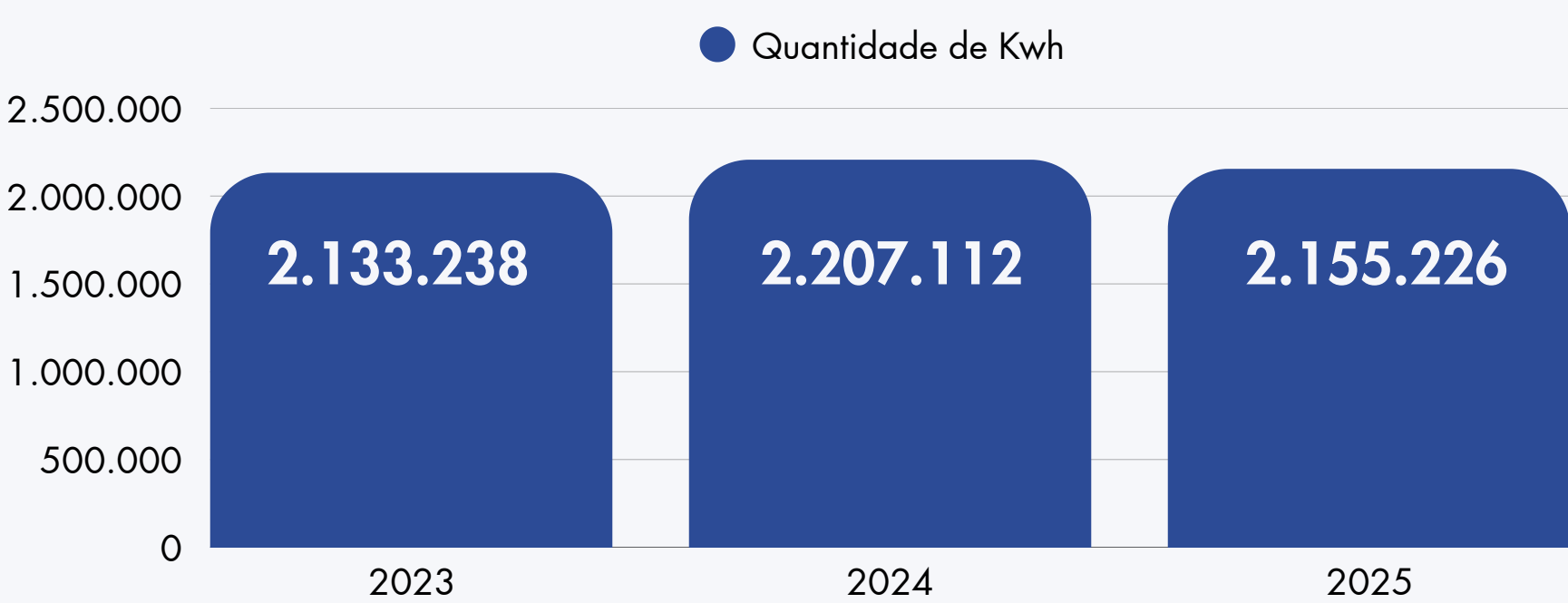
Registre-se como Gastos com funcionamento administrativo (extraído do SIGEC fev/2026):

Objeto	Valor (R\$)
Locação de Imóveis	R\$602.108,36
Fornecimento de Água	R\$ 416.758,20 ¹
Fornecimento de Energia	R\$ 1.731.644,94 ²
Vigilância ostensiva	R\$2.111.352,56
Limpeza, asseio, conservação e copeiragem	R\$3.854.662,84
Aquisição de material de consumo	R\$2.086.851,86
Aquisição de bens/materiais permanentes	2.017 itens - R\$1.904.319,87- Ordinário 178 itens - R\$1.850.571,25 - Informática
Combustível	R\$247.393,87
Serviços terceirizados (Motorista, recepção, almoxarife, manutenção predial, carga e descarga)	R\$5.358.009,99

(¹) Esclareça-se que o consumo de água, em m³, nos anos de 2023, 2024 e 2025 foi:



(²) Em relação ao consumo de energia elétrica, em Kwh, nos anos de 2023, 2024 e 2025 foi:



2.5.5 Infraestrutura e Gestão Patrimonial

Cumpre-se destacar a atenção destinada à melhoria das condições físicas de parte dos imóveis, em 2025, tendo sido aplicados R\$ 2.793.469,55, a saber: Imóveis que foram receberam intervenções de manutenção predial e/ou reformas durante a gestão:

- Fórum Eleitoral de Picuí;
- Fórum Eleitoral de Solânea;
- Fórum Eleitoral de Mamanguape;
- Fórum Eleitoral de Itabaiana;
- Fórum Eleitoral Alagoa Grande;
- Fórum Eleitoral de São João do Rio do Peixe;
- Fórum Eleitoral de Pocinhos;
- Fórum Eleitoral de Queimadas;
- Fórum Eleitoral de Alagoa Nova;
- Fórum Eleitoral de Esperança;
- Fórum Eleitoral de Cuité;
- Fórum Eleitoral de Areia;
- Fórum Eleitoral de Bayeux;
- Fórum Eleitoral de Pedras de Fogo;
- Fórum Eleitoral de Monteiro;
- Fórum Eleitoral de Santa Rita;
- Fórum Eleitoral de São José de Piranhas;
- Fórum Eleitoral de Coremas;
- Fórum Eleitoral de Campina Grande;
- Edifício-sede do TRE/PB.

Destaque-se, ainda, outras ações mais específicas da área de Engenharia e Arquitetura:

Ações			
Impermeabilização da laje de cobertura do 6º Pavimento do TRE/PB	Contratação por preço global	519.684,39	2063538
Implantação de sistemas fotovoltaicos por meio de usina solar no Anexo I do TRE/PB	Contratação por preço global	1.202.469,84	2275675
Implantação de sistemas fotovoltaicos por meio de usina solar na sede do TRE/PB	Contratação por preço global	340.085,53	2275979
Recuperação estrutural do Fórum Eleitoral de Coremas	Contratação por preço global	373.600,00	2269812
Total das Despesas		2.435.839,76	

2.5.6 Correições

Durante o exercício de 2025, período marcado pela busca incessante da eficiência administrativa e da celeridade jurisdicional, a Corregedoria Regional Eleitoral pautou-se estritamente pelos princípios constitucionais da Administração Pública, com ênfase na legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, alinhando-se às diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O ano caracterizou-se pela implementação de estratégias inovadoras de gestão processual, pela realização de um extenso cronograma de inspeções presenciais e pelo fortalecimento das ações de inclusão e cidadania, sempre com o objetivo de aprimorar a prestação dos serviços eleitorais à sociedade paraibana. Destaca-se a adesão ao Pacto Nacional do Judiciário pela Linguagem Simples, refletida na comunicação clara e objetiva adotada nos atos normativos e nas orientações expedidas às Zonas Eleitorais.

A fiscalização e orientação das Zonas Eleitorais mantiveram-se como pilares da atuação da Corregedoria, com a realização de 27 Inspeções de Ciclo presenciais. As atividades in loco foram precedidas por um minucioso trabalho de análise prévia realizado pela equipe técnica da Corregedoria, que examinou 2.184 processos no sistema Processo Judicial Eletrônico (PJe) antes das visitas às unidades.

Esse procedimento permitiu a identificação antecipada de inconsistências e a formulação de diretrizes específicas para cada cartório, otimizando o tempo das inspeções e garantindo maior efetividade nas correições. As inspeções abrangeram diversas regiões do Estado, incluindo Zonas Eleitorais em João Pessoa, Campina Grande, Patos, Cajazeiras, Sousa, Pombal, Guarabira, entre outras, cobrindo uma parcela significativa da jurisdição eleitoral paraibana.

Durante as inspeções, foram verificados a regularidade dos serviços cartorários, o cumprimento dos prazos processuais e a adequação das rotinas de trabalho às normas de regência. A equipe correicional orientou magistrados, chefes de cartório e servidores sobre a correta utilização dos sistemas eleitorais, a gestão do acervo processual e o atendimento ao eleitor.

Além das inspeções ordinárias, a Corregedoria manteve um canal permanente de comunicação com as Zonas Eleitorais, expedindo orientações e provimentos para uniformizar procedimentos e sanar dúvidas recorrentes. A atuação preventiva e pedagógica da Corregedoria resultou na melhoria contínua dos serviços prestados e na redução de inconsistências nos dados estatísticos do Tribunal.

2.6 SUSTENTABILIDADE

Sustentabilidade Ambiental

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) tem desenvolvido um conjunto robusto de iniciativas voltadas à sustentabilidade ambiental, em alinhamento com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) — especialmente as Resoluções nº 400/2021 e nº 594/2024, que instituiu o Programa Justiça Carbono Zero — e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU. Entre os projetos de maior impacto, destacam-se iniciativas que contribuem diretamente para a redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):

Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE)

O Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) elaborou o Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) referente ao ano-base 2024, em conformidade com a metodologia GHG Protocol, adotada pelo Programa Brasileiro GHG Protocol, aplicada ao setor Comercial/Institucional. O documento integra o compromisso institucional com a transparência ambiental e a gestão responsável das emissões de carbono, em consonância com as diretrizes e metas de sustentabilidade do Poder Judiciário.

O inventário, relativo a todas as unidades da Justiça Eleitoral da Paraíba, abrangeu as emissões dos Escopos 1, 2 e 3, cobrindo as principais fontes de emissão identificadas nas operações do TRE-PB: combustão estacionária, combustão móvel, emissões fugitivas, consumo de energia elétrica e viagens a negócios, e visa subsidiar a tomada de decisões para a redução de emissões, a identificação de oportunidades de eficiência energética e o alinhamento às boas práticas de governança ambiental adotadas pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Mudança de Horário de Expediente

Aprovada por unanimidade na 42ª Sessão Ordinária, em junho de 2025, a alteração do horário de expediente do TRE-PB e das zonas eleitorais de todo o Estado — que passou a vigorar a partir de 1º de agosto de 2025, das 7h às 14h — trouxe ganhos expressivos em eficiência e sustentabilidade. Além de uniformizar o atendimento, a medida gerou considerável redução no consumo de energia elétrica, com economia estimada em aproximadamente R\$ 280 mil em anos não eleitorais e R\$ 170 mil nos anos de pleito. A diminuição do uso de iluminação artificial e de sistemas de climatização durante o período vespertino contribui diretamente para a redução da pegada de carbono institucional.

Usinas Fotovoltaicas

Um dos projetos estruturantes do TRE-PB na área de sustentabilidade é a implantação de usinas fotovoltaicas. Com contratos assinados ao final de 2025 e início da implantação previsto para janeiro de 2026, o projeto visa cobrir inicialmente 40% da demanda energética do Regional ainda em 2026, com perspectiva de alcançar 100% da geração necessária para a sede e as zonas eleitorais em até três anos. Trata-se de uma das medidas de maior potencial de redução de emissões de GEE, na medida em que substitui progressivamente o consumo de energia de fontes não renováveis por geração limpa e sustentável.



Projeto Arquivo Único

O projeto Arquivo Único representa uma importante ação de reengenharia de ocupação de espaços e de gestão documental sustentável. Por meio da 1ª Campanha Institucional "Descarte Ecológico: Sustentabilidade na Gestão Documental – 2025", com adesão de 22 zonas eleitorais, o TRE-PB promoveu a triagem e o encaminhamento à reciclagem de aproximadamente 13 toneladas de documentos acumulados ao longo dos anos.

Os materiais descartados são destinados a cooperativas e associações de catadores, em consonância com a Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) e com a Carta de Brasília do CNJ, que valoriza o papel dos catadores de recicláveis como agentes ambientais. O projeto ainda contribui para a otimização dos espaços físicos das unidades eleitorais e para a melhoria da eficiência administrativa.

Outras Iniciativas Complementares

Além desses três projetos centrais, o TRE-PB desenvolve outras ações que reforçam sua agenda de sustentabilidade: o projeto de Destinação Sustentável de Bens de Informática, que já resultou na doação de mais de 1.700 equipamentos a instituições de ensino e organizações sociais e no descarte ecológico de 1.200 itens inservíveis, com economia estimada de R\$ 3,5 milhões e extensão da vida útil dos equipamentos entre sete e dez anos; e o programa de coleta seletiva na sede do Tribunal, com destinação adequada de papel, papelão, metal, vidro e plástico.

Em conjunto, essas iniciativas posicionam o TRE-PB como referência em boas práticas de sustentabilidade no âmbito da Justiça Eleitoral nordestina, com impactos concretos na redução de emissões de GEE, na economia de recursos públicos e na promoção da inclusão social.



Sustentabilidade Social

O TRE-PB reconhece a inclusão e a diversidade como dimensões estratégicas da sustentabilidade institucional, alinhadas à Resolução CNJ nº 401/2021 e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 10, 16 e 17 da Agenda 2030.

A gestão dessas iniciativas é conduzida pelo Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade (NAID) e pela Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade (CMAID), com atuação abrangendo a sede e as 68 zonas eleitorais da Paraíba. Em 2025, foram executadas 20 iniciativas temáticas articulando três eixos de valor público: inclusão do eleitorado com deficiência; formação e sensibilização do quadro funcional; e fortalecimento de uma cultura organizacional equitativa.

Inclusão do Eleitorado

A Campanha de Acessibilidade disponibilizou serviços de atualização cadastral para pessoas com deficiência em 17 zonas eleitorais, contribuindo para o aprimoramento do registro dos 29.887 eleitores com deficiência identificados na Paraíba. Ações educativas em escolas da Capital simularam eleições protagonizadas por grupos vulnerabilizados, conectando cidadania e participação democrática. Reunião com representantes da comunidade LGBTQIA+ e as ações junto às Comunidades Quilombolas de Gurugi e Mituaçu reforçaram o alcance institucional junto a públicos historicamente marginalizados.

Formação e Cultura Inclusiva

O Curso Básico de Libras (20h/aula, 40 servidores) e as palestras sobre assédio, discriminação, transfobia e linguagem inclusiva capacitaram o quadro funcional para um atendimento mais equitativo. O Terceiro Encontro sobre Acessibilidade da Justiça Eleitoral e a palestra telepresencial em celebração ao Dia Mundial de Conscientização sobre Acessibilidade ampliaram o debate com especialistas externos. Rodas de conversa sobre saúde mental, envelhecimento no trabalho, vulnerabilidade social e

etarismo, além da Ciranda de Memórias e Afetos — voltada à equidade racial —, consolidaram espaços de escuta e pertencimento no ambiente laboral.

Projeto Cuidar

A iniciativa de maior impacto atitudinal no exercício foi o Projeto Cuidar, firmado entre o TRE-PB e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) de João Pessoa, instituição especializada na assistência a pessoas com deficiência intelectual e múltipla. O projeto promoveu a inserção de pessoas com deficiências intelectuais em setores estratégicos do Tribunal, o que, além da inclusão direta no ambiente laboral, contribuiu para gerar mudanças atitudinais profundas: combateu estereótipos capacitistas, promoveu a valorização da funcionalidade e da participação social e fomentou uma cultura organizacional pautada na equidade e no respeito à diversidade.

O Tribunal torna-se, assim, um ambiente mais acolhedor, humano e livre de estigmas, sinalizando ao Poder Judiciário e à sociedade Paraibana que a inclusão é um compromisso concreto e permanente — não meramente normativo.



Contratação de Intérpretes de Libras

Merece destaque a contratação de Intérpretes de Libras, com vistas a assegurar o atendimento adequado às pessoas surdas, promovendo comunicação inclusiva, acessível e efetiva nas transmissões institucionais e nos eventos realizados pelo TRE-PB.

A iniciativa reafirma o compromisso desta Corte com a acessibilidade comunicacional, a equidade e o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, em consonância com as diretrizes do Conselho Nacional de Justiça e com a Política de Inclusão e Diversidade adotada pelo Tribunal.

Perspectivas

O TRE-PB reafirma a acessibilidade plena como pilar permanente de sua gestão estratégica. A continuidade do Projeto Cuidar, a ampliação das ações formativas em direitos humanos, o fortalecimento das parcerias interinstitucionais e o aprimoramento dos mecanismos de escuta de grupos vulnerabilizados compõem a agenda prioritária para os exercícios seguintes.

O monitoramento contínuo dos resultados, orientado pelos normativos do CNJ e pelos ODS, sustenta o objetivo estratégico de consolidar uma Justiça Eleitoral verdadeiramente representativa da pluralidade da sociedade paraibana.





RISCOS, OPORTUNIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

3

3.1 GESTÃO DE RISCOS E CONTROLES INTERNOS

A gestão de riscos no Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) é compreendida como um elemento para a governança corporativa, assegurando que a tomada de decisão seja fundamentada na antecipação de eventos que possam impactar a missão institucional.

Estrutura Normativa e Metodológica

A política de Gestão de Riscos da Justiça Eleitoral da Paraíba é regida pela Resolução TRE/PB nº 11/2017. O modelo adotado pelo Tribunal é o de gestão descentralizada, o que permite que cada unidade administrativa gerencie os riscos intrínsecos às suas atividades. Esse processo ocorre de forma integrada em três níveis:



Para robustecer o sistema de controle interno, o TRE-PB utiliza a metodologia das Três Linhas de Defesa, garantindo que as responsabilidades sejam segregadas e complementares:



Durante o ano de 2025 identificou-se a necessidade de submeter ao Laboratório de Inovação (LIODS) o desafio de desenvolver o protótipo de um modelo simplificado de gestão de riscos, que incorpore a rotina de identificação e tratamento de riscos, visando eficiência e efetividade, com foco especial na entrega de valor ao cidadão. O plano de trabalho está com execução prevista para o próximo exercício.

3.2 OPORTUNIDADES, DESAFIOS E PERSPECTIVAS

No cenário de execução do Plano Estratégico 2025-2032, o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE-PB) identifica um panorama marcado pela transição digital e por restrições estruturais que exigem uma gestão adaptativa e resiliente. A seguir, detalham-se os fatores que impactarão o modelo de negócio e o desempenho institucional nos próximos exercícios.

Desafios e Incertezas

A organização enfrenta desafios críticos que podem comprometer a continuidade e a qualidade dos serviços prestados:

- **Déficit de Força de Trabalho e Sobrecarga:** A ausência de fluxos contínuos de recomposição de pessoal frente às aposentadorias gera uma sobrecarga crescente. Este cenário eleva o risco de descontinuidade de serviços, aumento no tempo de resposta e adoecimento dos servidores.
- **Restrições Orçamentárias e Sustentabilidade:** As limitações financeiras impõem a necessidade de racionalização de custos e revisão de contratos para preservar a disponibilidade dos serviços.
- **Segurança Cibernética e Desinformação:** Diante de ameaças crescentes, manter a integridade dos sistemas e combater a desinformação é vital para preservar a confiança da sociedade no processo eleitoral.
- **Complexidade Técnica e Jurídica:** A ampliação da competência para processar ações criminais e a adaptação à nova Lei de Licitações (14.133/2021) exigem especialização técnica em um contexto de quadro funcional reduzido.

Oportunidades de Transformação

Apesar dos riscos, o TRE-PB identifica alavancas para modernizar seu modelo de atuação:

- **Inovação e Automação:** A integração de Inteligência Artificial (IA) e sistemas automatizados oferece uma oportunidade de mitigar riscos operacionais e aumentar a eficiência em processos de suporte e contratação.
- **Otimização de Recursos:** A expansão de compras compartilhadas e a reorganização dos fluxos de trabalho permitem ganhos de escala e redução de custos operacionais.
- **Cidadania Digital:** A consolidação do autoatendimento ao cidadão e a expansão da acessibilidade digital para eleitores com deficiência fortalecem a inclusão e a transparência.

Perspectivas e Implicações para o Futuro

O desempenho futuro do TRE-PB está condicionado à capacidade de equilibrar a inovação tecnológica com a valorização do capital humano.

- **Modelo de Gestão:** A perspectiva é de consolidação da gestão por competências e resultados.
- **Engajamento Juvenil:** Iniciativas como o projeto "PoliTEENZando" são estratégicas para as Eleições 2026, visando mitigar a lacuna cívica e aumentar o alistamento de jovens eleitores.
- **Excelência Operacional:** O Tribunal busca assegurar a auditabilidade e a segurança do voto enquanto moderniza sua estrutura física e tecnológica.

Análise de Riscos e Desafios por Diretriz Estratégica

Diretriz / Eixo Estratégico	Riscos e Desafios Identificados	Potenciais Implicações no Desempenho
Gestão da Força de Trabalho	Redução do quadro funcional por aposentadorias sem recomposição contínua.	Sobrecarga física e emocional, adoecimento da equipe e aumento do tempo de resposta às demandas.
Transformação Digital e IA	Necessidade de conciliar modernização tecnológica com um quadro de pessoal enxuto e exausto.	Risco de baixa aderência a novos sistemas e dependência crítica de conhecimento técnico especializado.
Segurança e Governança	Aumento da sofisticação de ataques cibernéticos e necessidade de gestão de riscos em processos críticos.	Ameaça à integridade dos sistemas eleitorais e à confiança da sociedade no processo de votação.
Eficiência Operacional e Orçamentária	Limitações orçamentárias severas e expiração de contratos sob a antiga lei de licitações.	Necessidade de repriorização drástica de projetos e risco de descontinuidade de serviços essenciais.
Prestação Jurisdicional	Ampliação da competência para crimes comuns conexos aos eleitorais e complexidade de processos criminais.	Aumento significativo da carga de trabalho e exigência de especialização técnica imediata.
Educação Cívica e Eleições 2026	Lacuna cívica digital e desinteresse dos jovens (15-17 anos) pela política institucional.	Necessidade de intensificar projetos como o "PoliTEENzando" para garantir o alistamento e a participação cívica.



INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

4

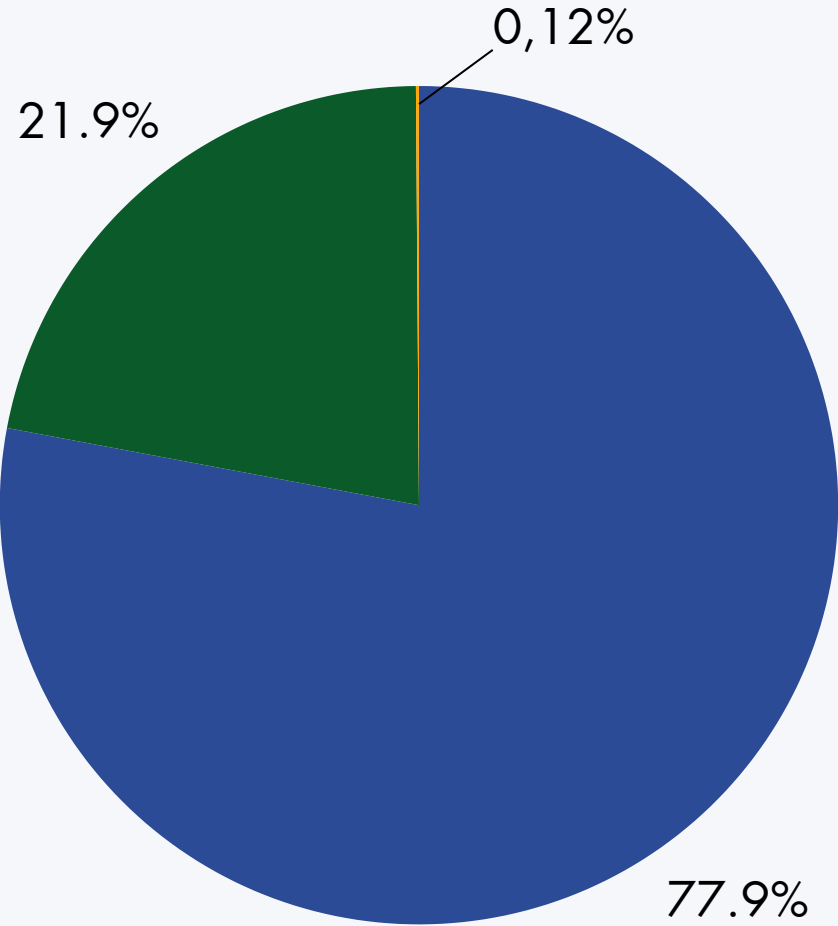
4.1 PRINCIPAIS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E FINANCEIRAS

Gestão Orçamentária e Financeira

Dotação Inicial

Para atender as despesas do exercício 2025, a Lei Orçamentária Anual de 2025 [LOA/2025] consignou para o TRE/PB o valor inicial de R\$ 206.511.175,00 (Duzentos e seis milhões, quinhentos e onze mil, cento e setenta e cinco reais), distribuídos em:

Pessoal e Encargos Sociais	R\$ 160.975.114
Custeio	R\$ 45.295.707,00
Investimento	R\$ 240.354,00



Suplementações, Cancelamentos/Remanejamentos

No decorrer do exercício de 2025, identificou-se a necessidade de:

- a) Suplementações de créditos: R\$ 16.233.421,00;
- b) Cancelamentos/remanejamentos de Dotações: R\$ 250.000,00.



Descentralização de Créditos - Provisões

Provisões Recebidas:

Ação: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral

No exercício 2025, a descentralização de créditos ao TRE/PB perfaz o montante de R\$ 5.714,04, assim distribuídos, no Plano Orçamentário Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral - EJE/AM:

a) Custeio: R\$ 5.714,04

Ação: Pleitos Eleitorais

O Orçamento Geral de Pleitos é unificado (Centralizado) no TSE, sendo a respectiva cota parte repassada (descentralizada) aos Regionais. No exercício 2025, a descentralização de créditos ao TRE/PB perfaz o montante de R\$ 336.902,00, assim distribuídos, no Plano Orçamentário Atualização e Manutenção do Sistema de Votação:

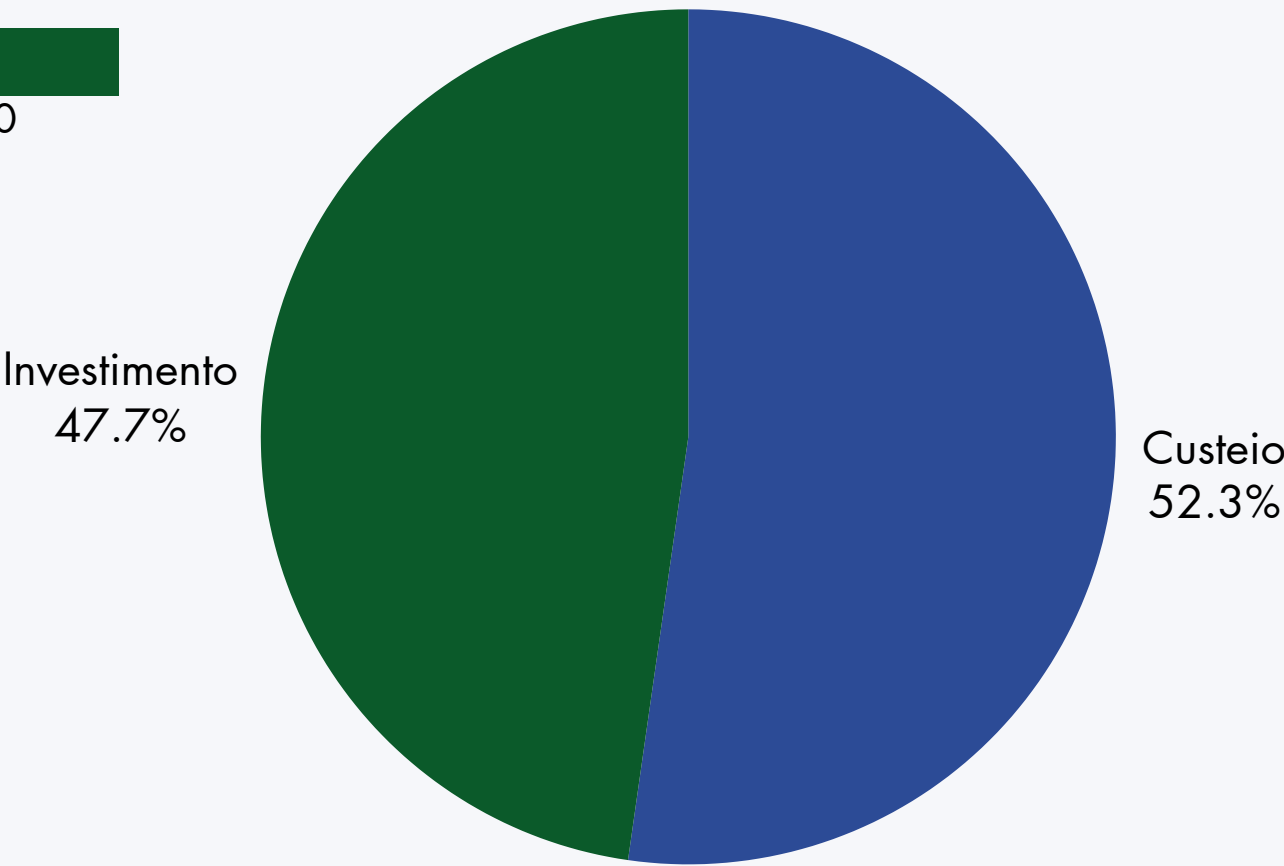
a) Custeio: R\$ 336.902,00

Ação: Gestão da Política de Segurança da Informação e Cibernética da JE

De igual modo, o Orçamento Geral de Segurança da Informação é unificado (Centralizado) no TSE, sendo a respectiva cota parte repassada (descentralizada) aos Regionais, conforme estimativas apresentadas no final de 2024. No exercício 2025, a descentralização de créditos ao TRE/PB perfaz o montante de 3.661.442,00, assim distribuídos, no Plano Orçamentário Gestão da Política de Segurança da Informação:

Custeio
R\$ 1.913.255,75

Investimento
R\$ 1.748.186,250



Ação: Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor

No exercício 2025, a descentralização de créditos ao TRE/PB perfez o montante de R\$ 385.387,50, assim distribuídos, no Plano Orçamentário Implantação do Sistema de Automação de Identificação do Eleitor:

a) Investimento: R\$ 385.387,50
TOTAL DAS PROVISÕES RECEBIDAS: (A + B + C + D) = R\$ 4.389.445,54

Provisões Concedidas:

Ação: Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral:

No exercício 2025, a descentralização de créditos ao TRE/RN perfez o montante de R\$ 2.280,80, assim distribuídos, no Plano Orçamentário Capacitação da Escola Judiciária Eleitoral:

a) Custeio: R\$ 2.280,80
TOTAL DAS PROVISÕES CONCEDIDAS: (E) = R\$ 2.280,80

MOVIMENTAÇÃO LÍQUIDA PROVISÕES: (A + B + C + D - E) = R\$ 4.387.164,74

Despesas Extraordinárias

Existiram despesas que se apresentaram eventuais, que não foram previstas inicialmente no plano orçamentário de 2025. Tais dispêndios extraordinários foram assim distribuídos:

- 1. RP Recebidos de 2024 e Pagos em 2025 - R\$ 5.991.927,51
- 2. RP de 2024 Cancelados em 2025 - R\$ 1.571.392,39
- 3. RP Inscritos no Exercício 2025 - R\$ 9.312.272,94

Resultados Alcançados

Com relação aos resultados alcançados, no que se refere ao indicador estratégico 7.1 Índice de Execução Orçamentária, cuja meta para 2025 foi de 91% (noventa e um por cento), consigne-se que o percentual de execução alcançado no exercício de 2025 foi de 96,18 %, considerando o total das despesas liquidadas (R\$ 218.204.465,70), dividido pelo total da dotação disponibilizada (R\$ 226.881.760,74), conforme dados constantes abaixo. Registre-se que compõem o total das despesas liquidadas R\$218.204.465,70:



Esclareça-se que o percentual oficial com detalhamento estatístico somente é divulgado pelo TSE em abril de cada ano.

Sinopse da Execução Financeira

A gestão orçamentária e financeira, com vistas à realização da missão institucional do TRE/PB, compreende o conjunto de atos e fatos que visa o planejamento, a execução e o controle dos recursos públicos, buscando assegurar a aplicação das dotações orçamentárias, com estrita observância aos princípios da legalidade, legitimidade e economicidade.

Toda a movimentação dos recursos financeiros é integralmente registrada no SIAFI (Sistema de Administração Financeira do Governo Federal), e consiste nos pagamentos aos fornecedores de bens e serviços (custeio e investimentos), diárias, ressarcimentos, reembolsos, folha de pagamento (ativos, inativos e pensionista), bem como, todos os recolhimentos tributários e recebimentos que são acompanhados no SISGRU (Sistema de Gestão do Recolhimento da União).

No âmbito das obrigações tributárias, são tratadas as matérias relativas à tributação de contratos, compreendendo todos os impostos e contribuições incidentes na fonte (INSS, IRRF, CSLL, PIS/PASEP, COFINS e ISS), bem como as informações para a elaboração do eSocial - Sistema de Escrituração Digital das Obrigações Fiscais, Previdenciárias e Trabalhistas no que concerne às retenções de GPS dos contribuintes individuais, assim como a apuração da EFD-Reinf, eventos R2000 e R4000, no eCac, sistema para a declaração DCTFWeb da Receita Federal do Brasil.

Por fim, registre-se especial atenção quanto à eficácia da gestão orçamentária e financeira, não medindo a execução apenas pelo "gasto integral", mas pela eficiência do gasto, pois o foco reside na verificação de que cada real desembolsado contribuiu para o alcance das metas físicas planejadas, mitigando riscos de desperdício ou desvio de finalidade.



4.2 DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Painel de Geração de Valor

O exercício de 2025 consolidou a transição do Tribunal para um modelo de gestão focado em modernização e preparação para o ciclo eleitoral de 2026. A seguir, apresenta-se a síntese da transformação de recursos (capitais) em resultados para a sociedade paraibana.

4.2.1 Visão Geral da Execução Orçamentária e Financeira

O Tribunal demonstrou equilíbrio fiscal e solvência, com execução quase integral do orçamento autorizado e incremento na disponibilidade de caixa.

Indicador	Valor 2025 (R\$)	Desempenho / Status
Orçamento Executado (Empenhado)	223,87 milhões	99,53% de aproveitamento da dotação atualizada.
Transferências Recebidas (VPA)	223,67 milhões	Fonte principal: Repasses do Tesouro Nacional (TSE).
Variação Líquida de Caixa	+ 381,3 mil	Aumento de 6,16% na liquidez imediata (Total R\$ 6,57M).
Resultado Patrimonial	(8,69 milhões)	Déficit contábil, sem impacto na solvência (explicado abaixo).

Nota de Utilidade: O déficit patrimonial de R\$ 8,69M não indica risco de descontinuidade, pois decorre do regime de competência, onde o consumo do potencial de serviço (depreciação de R\$ 34,3M) superou as novas aquisições de ativos no período.

4.2.2. Transformação dos Capitais em Valor Público

Seguindo o framework de Relato Integrado, o TRE-PB demonstra como utilizou seus ativos para cumprir sua missão institucional.

Capital Financeiro e Humano (Eficiência e Pessoas)

- Investimento em Pessoal: R\$ 151,9 milhões em VPD de pessoal e encargos (65% das despesas totais), garantindo a força de trabalho para a justiça eleitoral.
- Desenvolvimento: 880 servidores treinados, fortalecendo a governança e a celeridade processual.

Capital Intelectual e Manufaturado (Tecnologia e Infraestrutura)

- Modernização Tecnológica: Crescimento de 23,35% no Ativo Intangível (Total R\$ 6,48M), com foco em Segurança Cibernética e adequação à LGPD.
- Gestão de Ativos: Manutenção de R\$ 120,3 milhões em Imobilizado. Destaque para o projeto "Arquivo Único", que centralizou 45 toneladas de acervo para otimizar custos e espaços.

Capital Social e de Relacionamento (Cidadania e Resultados)

- Alcance Estratégico: Sucesso do projeto "PoliTEENzando", antecipando o alistamento eleitoral de jovens de 15 a 17 anos para o pleito de 2026.
- Celeridade: 100% de cumprimento na Meta 2 do CNJ (julgamento de processos antigos), refletindo a eficácia na prestação jurisdicional.

4.2.3 Conciliação Orçamentário-Patrimonial (NBC TSP 13)

Demonstração de que o equilíbrio orçamentário sustenta o déficit contábil temporário devido a ajustes patrimoniais sem efeito financeiro imediato.

Resultado Orçamentário		Equilíbrio
(-) Depreciação e Amortização	(34.375.990,83)	Despesa contábil (Reduz Resultado)
(+) Investimentos (Ativo)	7.190.426,75	Gasto que gera Ativo (Aumenta Resultado)
(+/-) Outros Ajustes	18.494.543,11	Provisões e baixas diversas
Resultado Patrimonial (DVP)	(8.691.020,97)	Déficit Contábil

4.2.4 Acesso às Demonstrações Contábeis Públicas

Em observância ao princípio da transparência e ao acesso à informação, as demonstrações completas e suas respectivas notas explicativas estão disponíveis nos link abaixo:

[Informações Contábeis](#)





OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

5

5.1 TRATAMENTO DE DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TCU

Seguem as informações sobre o tratamento das determinações e recomendações do Tribunal de Contas da União (TCU) no ano de 2025. Verificou-se também a recepção e tramitação de diligências para cumprimento, por este Tribunal, das seguintes demandas oriundas do TCU:

Nº	OFÍCIO/ NORMATIVO	ASSUNTO	PROCESSO SEI	STATUS
1	Ofício 9162/2025 - Seproc	Acórdão 1855/2025-TCU-1ª Câmara: Julgamento ilegal de ato de pensão civil	0002801-45.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Notificação do pensionista e cancelamento da pensão
2	Ofício 343/2025 - AudPessoal	Diligência nº 21529/2025: Solicitação de documentos, esclarecimentos e correções de ato de pessoal	0002976-39.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Ajustes e correções realizados
3	Ofício 10236/2025 - Seproc	Acórdão 592/2025-TCU-Plenário: Esclarecimento sobre acompanhamento de processos judiciais envolvendo parcela "opção"	0003039-64.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Ciência e adoção do procedimento
4	Ofício 629/2025 - AudPessoal	Diligência nº 20138/2025: Solicitação de documentos, esclarecimentos e correções de ato de pessoal	0003287-30.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Ajustes e correções realizados
5	Ofício 24910/2025 - Seproc	Acórdão 1372/2025-TCU-Plenário: LGPD	0005124-23.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Inclusão de auditoria sobre LGPD no PAA 2026
6	Ofício 33294/2025 - Seproc	Pesquisa de opinião - IN TCU nº 84/2020	0006174-84.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Pesquisa respondida
7	Ofício 38972/2025 - Seproc	Convite: Evento de Prestação de Contas Anuais	0006819-12.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Participação tele-presencial
8	Ofício 45218/2025 - Seproc	Acórdão 2099/2025-TCU-Plenário: Acessibilidade digital de serviços públicos	0008154-66.2025.6.15.8000	CUMPRIDO Ciência e aprimoramento da acessibilidade digital
9	Ofício 52701/2025 - Seproc	Acórdão 8192/2025-TCU-1ª Câmara: Negativa de registro à pensão civil	0009520-43.2025.6.15.8000	EM CUMPRIMENTO Notificação de pensionistas e exclusão de quintos
10	Processo SEI	Autorização de acesso a Declarações de IR/2024	0005946-17.2022.6.15.8000	CUMPRIDO Listas enviadas ao TCU
11	IN TCU nº 84/2020 DN TCU nº 187/2020	Prestação de contas; Relatório de Gestão; Auditoria de Gestão	0012032-72.2020.6.15.8000	CUMPRIMENTO PERMANENTE Trabalho contínuo, incluindo auditoria financeira - de contas anual
12	Sistema e-Pessoal	Apuração e tratamento de indícios registrados pelo TCU: • 2 indícios - Processo 0002700-08.2025.6.15.8000 / • 1 indício - Processo 0002704-45.2025.6.15.8000 / • 1 indício - Processo 0005314-54.2023.6.15.8000 / • 2 indícios - Processo 0006831-26.2025.6.15.8000	Processos específicos	CUMPRIMENTO PERMANENTE Análise e tratamento contínuo dos indícios
13	Sistema e-Pessoal	Envio mensal de arquivos com dados da folha de pagamento (servidores ativos, inativos e pensionistas)	-	CUMPRIMENTO PERMANENTE Envio rotineiro mensal ao TCU

5.2 AUDITORIAS E CONSULTORIAS INTERNAS

A Resolução TRE/PB nº 26/2018 disciplina o Estatuto da unidade de auditoria interna do TRE/PB: Secretaria de Auditoria Interna (SEAUDI). Esta unidade, que apoia a Governança, é vinculada administrativamente a(o) Presidente e funcionalmente ao Plenário do Tribunal, e é responsável por realizar uma atividade independente e objetiva de avaliação e de consultoria, visando adicionar valor e melhorar as operações da organização. Para isso definiu seu Plano Tático e Operacional (Estratégia da Auditoria), em que podem ser verificadas suas metas, forças, fraquezas, oportunidades e ameaças.

Os resultados dos trabalhos de auditoria e consultoria são encaminhados para deliberação da Presidência e as recomendações são monitoradas. Eles estão disponíveis no menu Transparência e Prestação de Contas: Relatórios de Auditorias e Consultorias.

A unidade de auditoria interna tem estimulado a disseminação de temas Éticos e de Integridade no âmbito da organização e priorizado à parceria com a Gestão, com objetivo de buscar soluções para as eventuais inconsistências detectadas nas auditorias.

É realizado o monitoramento dos documentos publicados no site do Tribunal, na página da “Transparência e Prestação de Contas”, visando prevenir omissões de informações obrigatórias ao dever de prestar contas, nos termos do art. 10, da IN TCU nº 84/2020, e analisados/avaliados os Relatórios de Gestão Fiscal do Tribunal. A SEAUDI quantifica e divulga os benefícios advindos das recomendações implementadas: Benefícios concretizados de auditorias.

A SEAUDI em números no exercício 2025:

- Auditores: 04 (quatro)
- Supervisor: 01 (um)

Auditorias e consultorias:

Auditorias: 05 (cinco)

- * Auditoria de conformidade sobre a Gestão e Destinação de Valores e Bens oriundos de prestações pecuniárias, da pena de multa, perda de bens e valores
- * Auditoria sobre Gestão de Continuidade de serviços de TIC
- * Auditoria sobre Averbações de tempo de contribuição, emissão de certidões de tempo de contribuição para concessão de aposentadorias e respectivos ajustes financeiros das aposentações
- * Auditoria Financeira e certificação das contas - exercício 2024 (concluída em março de 2025)
- * Auditoria Financeira e certificação das contas - exercício 2025 (em andamento; será concluída até março de 2026).

Consultorias: 03 (três)

* Sistema e-Prevenção: Auxílio técnico à Assessoria Técnica da DG no tratamento dos itens do sistema e-Prevenção (processo sei nº 0005101-19.2021.6.15.8000). Este trabalho contribuiu para que o TRE alcançasse o nível de implementação AVANÇADO, resultado digno de reconhecimento, resultado este digno de reconhecimento (2238684)

* Atos de Aposentadoria: Consultoria à SGP sobre atos de aposentadoria ou pensão enviados ao TCU que necessitam de ato de alteração e novo encaminhamento (processo sei nº 0005557-27.2025.6.15.8000)

* Consultoria contínua que visa contribuir com a implementação de recomendações de auditorias (informal)

Várias consultorias informais: por telefone, app Whatsapp e presencialmente.

Achados de auditorias: 25 (vinte e cinco)

Recomendações de auditorias: 29 (vinte e nove)

- Relatórios de monitoramento das recomendações em 2025: 15 (quinze)
- Recomendações atendidas no exercício 2025: 12 (doze)
- Recomendações em andamento ao final do exercício 2025: 07 (sete)
- Recomendações consideradas parcialmente implementadas em 2025: 19 (dezenove)
- Relatório anual de atividades enviado ao plenário em 2025: 01 (um)

- Boletins informativos da SEAUDI: 04 (quatro)
- Reuniões internas gerenciais e de planejamento: 33 (trinta e três)
- Reuniões ou informações solicitadas por e-mail aos clientes de auditoria (monitoramento): 05 (cinco)
- Relatórios gerenciais de monitoramento: 02 (dois)

Análise da legalidade de atos de pessoal no exercício 2025:

- Admissões: 05 (cinco)
- Aposentadorias: 09 (nove)
- Pensões: 04 (quatro)

Ações de capacitação em 2025.

Horas de treinamento recebidas pelos auditores: 450,5 horas*.

*Soma total, embora mais de um(a) auditor(a) participou de mesmos eventos ou cursos. Quantidade superior às 200 horas mínimas recomendadas pelo CNJ (40 horas mínimas por auditor). Todos os auditores, individualmente, participaram de mais de 40 horas de capacitação no ano de 2025.

Resultados Alcançados

- Foram executadas todas as auditorias e consultorias programadas no Plano Anual de Auditoria de 2025.
- Evolução do indicador - Índice de cumprimento de recomendações expedidas:

Apuração 1º semestre 2025	Apuração 2º semestre 2025
68,82%	68,97%

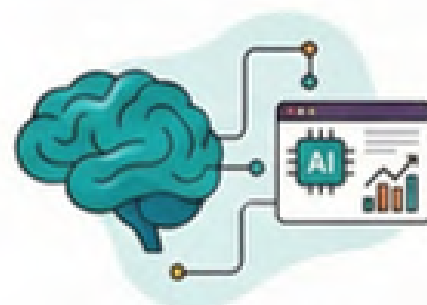
Apuração do indicador no ano de 2025 (média): 68,90% / META 60%

*Indicador geral de percepção positiva da atuação da SEAUDI pelos servidores da Justiça Eleitoral na Paraíba: 85,53%.

*Indicador de percepção positiva da atuação da SEAUDI pelos servidores da Justiça Eleitoral na Paraíba que já passaram por auditoria: 86,36%.

Auditoria Interna: Estratégias e Desafios para a Excelência

Inovação e Oportunidades Tecnológicas



Integração com Inteligência Artificial

Uso da ferramenta ALICE (CGU) para análise automatizada diária de compras e contratações.



Fortalecimento do Planejamento Anual

Consolidação de um planejamento adequado para a auditoria financeira de contas anual.



Capacitação em Análise de Dados

Estímulo à formação de auditores em cursos de IA e processamento de dados em alta velocidade.

Riscos Estruturais e Desafios de Gestão



Instabilidade do Quadro de Pessoal

Riscos de alterações na composição da equipe e saída de auditores para cargos comissionados.



Resistência Cultural e Institucional

Desmotivação de gestores no cumprimento de recomendações e aperfeiçoamento de controles.



Valorização da Auditoria como Ativo

O desafio de consolidar a auditoria como instrumento efetivo de melhoria na gestão de riscos.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Sigla	Descrição	Sigla	Descrição	Sigla	Descrição
AGIL	Ambiente de Gestão, Inovação e Liderança	IA	Inteligência Artificial	RC	Resultado-Chave
ALICE	Aplicativo de Monitoramento e Controle de Compras da CGU	IN TCU	Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União	Renajud	Sistema de Restrição Judicial de Veículos Automotores
APAE	Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais	INSS	Instituto Nacional do Seguro Social	RGI	Relatório de Gestão Integrado
ASCOM	Assessoria de Comunicação e Multimídia	IRRF	Imposto de Renda Retido na Fonte	RP	Restos a Pagar
ASGEE	Assessoria de Gestão Estratégica e Eleições (denominação anterior)	ISS	Imposto Sobre Serviços	SAD	Secretaria de Administração
ASI	Assessoria de Segurança da Informação	LAI	Lei de Acesso à Informação	SCRE	Secretaria de Cadastro e Registro Eleitoral
ASPRE	Assessoria da Presidência	LGPD	Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais	SEAUDI	Secretaria de Auditoria Interna
BI	Business Intelligence	LIODS	Laboratório de Inovação, Inteligência e Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	SEGEM	Secretaria de Gestão Estratégica e Modernização
BNMP	Banco Nacional de Monitoramento de Prisões	LOA	Lei Orçamentária Anual	SEI	Sistema Eletrônico de Informações
CGU	Controladoria-Geral da União	MEZAP	Aplicativo de Gestão de Mesários	SGP	Secretaria de Gestão de Pessoas
CMAID	Comissão Multidisciplinar de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade	MPLS	Multiprotocol Label Switching	SIAFI	Sistema de Administração Financeira do Governo Federal
CNJ	Conselho Nacional de Justiça	NAID	Núcleo de Acessibilidade, Inclusão e Diversidade	SIGEC	Sistema de Registro de Imóveis e Gerenciamento de Custos da Justiça Eleitoral
COEJE	Coordenadoria de Educação para a Cidadania e Escola Judiciária Eleitoral	NBC TSP	Norma Brasileira de Contabilidade do Setor Público	SISGRU	Sistema de Gestão do Recolhimento da União
COGECAD	Coordenadoria de Gestão do Cadastro Eleitoral e Direitos Políticos	ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	Sisbajud	Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	OE	Ouvidoria Eleitoral	SJI	Secretaria Judiciária e de Informações
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	OKR	Objectives and Key Results	SOF	Secretaria de Orçamento e Finanças
DG	Diretoria-Geral	PACONT	Plano de Contratações Anual	STIC	Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação
DFT	Dimensionamento da Força de Trabalho	PCD	Pessoa com Deficiência	TCU	Tribunal de Contas da União
DN TCU	Decisão Normativa do Tribunal de Contas da União	PDTIC	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação	TIC	Tecnologia da Informação e Comunicação
DVP	Demonstração das Variações Patrimoniais	PIS/PASEP	Programa de Integração Social / Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	TRE-PB	Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba
EJE	Escola Judiciária Eleitoral	PJe	Processo Judicial Eletrônico	TSE	Tribunal Superior Eleitoral
FC	Função Comissionada	PLS	Plano de Logística Sustentável	VPA	Variação Patrimonial Aumentativa
GEE	Gases de Efeito Estufa	PopRuaJud	Comitê de Política de Atenção a Pessoas em Situação de Rua	VPD	Variação Patrimonial Diminutiva
GHG Protocol	Greenhouse Gas Protocol	RAE	Reunião de Análise da Estratégia	ZE	Zona Eleitoral

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – TRE/PB



TRE-PB